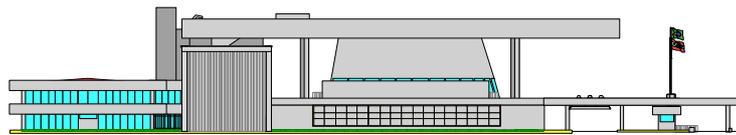


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 20 DE OUTUBRO DE 2005

NÚMERO 5.499

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO
Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
Valmir Comin
3º SECRETÁRIO
José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Celestino Secco

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

PARTIDO DA FRENTE

LIBERAL

Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Paulo Eccel

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Clésio Salvaro

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO SOCIALISMO E

LIBERDADE

Líder: Afrânio Boppré

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Nilson Nelson Machado

PARTIDO SOCIALISTA

BRASILEIRO

Líder: Sérgio Godinho

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Jorginho Mello
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
José Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Francisco Küster
Gelson Sorgato
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Francisco Küster
Gelson Merisio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Vânio dos Santos – Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Sérgio Godinho
José Carlos Vieira
Paulo Eccel
Francisco Küster
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merisio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Francisco Küster
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Gelson Merisio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Francisco de Assis
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima – Presidente
Odete de Jesus – Vice
Francisco Küster
Cesar Souza
Simone Schramm
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Romildo Titon – Presidente
Ana Paula Lima Vice Presidente
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merisio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Clésio Salvaro
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis– Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1724
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 080ª Sessão Ordinária da
15ª realizada em 19/10/2005.....2
Ata da 26ª Sessão Extraordinária
da 15ª realizada em 19/10/20058
Ata da 27ª Sessão Extraordinária
da 15ª realizada em 19/10/20059

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente.....9
.....10
Fórum.....10
Mensagens Governamentais.....
.....16
Projetos de Lei.....21
Requerimento.....24

PLENÁRIO

ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Serafim - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO WILSON VIEIRA - Critica a política salarial do governo do estado e o descumprimento do orçamento regionalizado; sugere a vinda do relator do orçamento da União a Santa Catarina para garantir recursos para investimentos no estado.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (aparte) - Apóia o deputado Wilson Vieira com relação ao descompromisso do governador Luiz Henrique com as questões sociais, notadamente o Plano Estadual de Educação.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Reclama o pouco tempo para apartear o deputado Wilson Vieira.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Pede ao deputado Dentinho que desça do palanque político.

DEPUTADO PAULO ECCEL - Comenta a falta de repercussão na imprensa das denúncias feitas pelo sr. Maurício Barth sobre o município de Itapema; comunica a aprovação na comissão de Educação de audiência pública para discutir o projeto do Estatuto do Magistério; parabeniza os professores outorgados com a Medalha de Mérito Castorina Lobo de São Thiago; reporta-se à audiência mantida em Brasília, na Anatel, para tratar da tarifa de telefonia no país.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (aparte) - Estranha a citação do seu nome pelo deputado Paulo Eccel em relação ao caso das denúncias do município de Itapema.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Esclarece que o prefeito municipal de Itapema não tem qualquer responsabilidade sobre o ocorrido com o sr. Maurício Barth.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Registra a presença dos apaeanos nas galerias e elogia o projeto do deputado Julio Garcia que dará entrada na Casa; pronuncia-se acerca das tratativas para consignação de recursos no orçamento da União de 2006, visando à conclusão da BR-282.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Saúda os apaeanos e tece loas ao projeto do deputado Julio Garcia.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Concorda com a suspensão da sessão e cede o espaço do PFL para que o deputado Julio Garcia, como governador em exercício, apresente seu projeto que beneficia as Apaes através do Fundo Social.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Em nome do PL cede o espaço do partido e parabeniza o deputado Julio Garcia pelo projeto.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Como líder do PSB, concorda com a proposta de presidência de suspensão da sessão.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Manifesta sua posição favorável à pretensão de suspensão da sessão para apresentação do projeto que favorece as Apaes.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Declina do tempo que teria no horário dos Partidos Políticos para que o deputado Julio Garcia faça a entrega do projeto em favor das Apaes.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Em nome da liderança do PSDB, parabeniza o deputado Julio Garcia e concorda com a suspensão da sessão.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Falando em nome do PMDB, abre espaço para a entrega do projeto que beneficiará as Apaes de Santa Catarina.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Como vice-líder do PP, manifesta sua concordância com a proposta da Mesa Diretora em virtude do mérito do projeto.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Parabeniza o deputado Julio Garcia pela oportunidade do projeto e pelo PT concorda com a suspensão da sessão pelo tempo necessário.

Ordem do Dia

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (pela ordem) - Afirma não haver quórum para deliberação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Solicita à presidência que apele aos deputados que estão na Casa que se desloquem para o plenário.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita a inclusão na pauta da Ordem do Dia do PLC nº 0031/2005.

DEPUTADO PAULO ECCEL - Concorda, pelo PT, com a inclusão na pauta da Ordem do Dia do PLC nº 0031/2005.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Manifesta sua concordância com o pedido da deputada Odete de Jesus.

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Expressa sua posição favorável à inclusão do projeto na pauta.

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Afirma ser o PSDB a favor da inclusão do projeto na pauta.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Em nome do PP, diz ser favorável à inclusão do PLC nº 0031/2005 na pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Sugere o encerramento da sessão para, em sessão extraordinária, proceder à votação do PLC nº 0031/2005 em segundo turno e em redação final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Gostaria de saudar e cumprimentar todos os integrantes do Magistério, que nos dão a alegria e a honra de sua presença.

Solicito à sra. deputada Ana Paula Lima, secretária *ad hoc*, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, antes de proceder à leitura da ata, também quero agradecer a presença dos exemplares funcionários do nosso Magistério. Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa, a esta Casa do Povo, onde, com certeza, estaremos presentes na aprovação do que for melhor para as senhoras e para os senhores.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Wilson Vieira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos prestigia, funcionários deste Poder, telespectadores da TVAL.

Sr. presidente, hoje, pela manhã, reunimos a comissão de Finanças e Tributação e aprovamos 17 projetos e 13 requerimentos. Destacamos o projeto que incorpora R\$ 50,00 no salário dos servidores da Educação, mais gratificações, conforme os níveis.

Embora destaquemos esse detalhe, vale à pena ressaltar aqui que essa incorporação não tem grande valor nos salários dos servidores do Magistério. Mas quero dizer que o governo Luiz Henrique, em seu Plano 15,

não estabeleceu nenhum compromisso em reconhecer o servidor, de pagar reajuste ao servidor, de recompor o salário do servidor. E na verdade ele está cumprindo aquilo que não prometeu, porque ele não está valorizando o servidor como deveria, não está pagando os reajustes necessários para a recomposição dos salários e tampouco está privilegiando um plano de carreira em que o servidor possa recuperar todas as perdas salariais, possa evoluir. A incorporação, inclusive, é muito pouco, mostrando que a política do governo é contra o servidor do estado.

Outros dois projetos aprovados na comissão merecem a nossa análise, que são projetos com os quais o governo pretende retirar recursos do orçamento regionalizado, estabelecidos em audiência pública, escolhidos pela comunidade. Pretende o governo desviá-los para outros fins, ou seja, não cumprindo o que determina a lei do orçamento regionalizado, desrespeitando a decisão das audiências públicas que foram realizadas em diversas regiões do estado.

Entendemos que aqui, se o governo quiser mexer em recursos do orçamento, ele pode perfeitamente mexer nos recursos de propaganda pessoal, de publicidade, que, aliás, são bastantes vultosos, cerca de R\$ 42 milhões só para este ano.

Então, há muita verba de publicidade que pode ser remanejada para cumprir essas manobras que o governo faz com o orçamento. Não precisa tirar dinheiro de obras escolhidas em audiências públicas, através da lei do orçamento regionalizado.

Outra questão de nossa autoria é o requerimento para realização de audiência pública com o relator de orçamento da União, o deputado Carlito Merss, que é de Santa Catarina. Estou buscando requerer a vinda do relator para discutirmos quais são os recursos que Santa Catarina tem contemplados no orçamento da União.

É importante termos claro que se o relator do orçamento da União é do nosso estado, temos que aproveitar, e muito bem, essa circunstância. Até porque precisamos debater em audiência pública todos os recursos, todas as verbas que inicialmente estão previstas.

Por exemplo, para a Educação, o ministério da Educação está repassando para custeio R\$ 94,82 milhões. Mais, para investimento, R\$ 3,18 milhões, num total de 98 milhões; para a Saúde, R\$ 775 milhões, mais R\$ 33,349 milhões de investimento, num total de R\$ 808,363 milhões; para o Transporte, R\$ 3,60 milhões, mais R\$ 361,364 milhões de investimento, num total de R\$ 364,964 milhões.

Total de investimento para o custeio: R\$ 911,865 milhões; total de investimentos R\$ 413,699 milhões. Total geral de recursos previstos no orçamento da União para Santa Catarina, R\$ 1,325 bilhões.

São recursos sobre os quais temos que discutir, temos que ver se são suficientes, verificar onde o governo pretende aplicá-los em nosso estado para que possamos aproveitar melhor os recursos que vêm da União em favor de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Eu agradeço a oportunidade e gostaria de referir-me à primeira parte do seu pronunciamento, quando v.exa. fez alusão ao compromisso do governo do estado com os investimentos sociais, especificamente com relação à Educação.

Só para chamar atenção, tivemos na legislatura passada um debate que mobilizou toda a sociedade, que foi feito pelo governador Esperidião Amin, que era o Plano Estadual de Educação.

Quando o governador Luiz Henrique da Silveira assumiu, o que ele fez? Todo o esforço das discussões nas escolas envolvendo a comunidade, professores, alunos, pais de toda rede estadual de Santa Catarina, todo aquele esforço foi desconsiderado, foi jogado de lado e o governador Luiz Henrique da Silveira, por meio da secretaria da Educação, protagonizou um segundo esforço da sociedade catarinense para elaborar o Plano Estadual de Educação.

Faz dois anos que se encerrou a plenária final, que culminou com a aprovação do Plano Estadual de Educação do governo Luiz Henrique da Silveira e nós ainda não temos esse projeto aqui na Assembléia Legislativa; está na gaveta do governo do estado.

Mas todos nós sabemos que já há um anteprojeto que está rondando, que é para fazer com que os professores não sejam mais lotados nas escolas, para que os professores sejam lotados nas unidades regionais. E isso, todos nós sabemos, colide frontalmente com o debate que foi feito na sociedade sobre o Plano Estadual de Educação.

Então, eu quero apoiar v.exa. com relação ao descompromisso do governador Luiz Henrique da Silveira com as questões sociais, notadamente a Educação e dizer que precisa chegar na Assembléia Legislativa o Plano Estadual de Educação para que ele se afirme como uma proposta da sociedade e que a Assembléia Legislativa possa aqui se manifestar e, inclusive, apoiar a mudança que ainda não aconteceu em nosso estado.

Por isso, parabênizo v.exa. pela manifestação.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Obrigado, deputado Afrânio Boppré, incorpore o seu aparte ao meu pronunciamento.

Quero dizer, deputado Manoel Mota, que o governo do estado não tem tido o respeito necessário com o servidor público de Santa Catarina: não reajusta os salários dos policiais militares, na escala vertical prevista; não reajusta o salário a contento das áreas da saúde e da educação, de tal forma que o servidor está cada vez numa situação mais difícil.

Mesmo assim, eu gostaria de dizer que é importante debatermos essas questões, até porque o governo não assumiu esse compromisso; no Plano 15 não há nada que fale em restabelecer o salário, em restabelecer a justiça social, em restabelecer a valorização do servidor público do estado de Santa Catarina.

Então, na verdade, temos que olhar sempre com muito carinho essas propostas do governo para poder cobrar efetivamente, para poder mostrar e dar a resposta nas urnas daquilo que não é contemplado. Somente assim poderemos moralizar o poder político, fazer com que o poder político valorize o servidor, respeite o servidor.

Outra questão é com relação ao orçamento, à vinda do deputado Carlito Merss. O nosso objetivo é conhecer, discutir e propor ações que visam melhorar a aplicação de recursos da União em nosso estado.

Com relação ao orçamento regionalizado, o governo está desrespeitando as decisões populares das audiências públicas, querendo, agora, remanejar recursos do orçamento incorporados ou orçados para contemplar os pedidos da comunidade catarinense, recursos que foram orçados com

o objetivo de garantir as prioridades escolhidas nas audiências públicas do orçamento regionalizado, audiências que este Poder fez em diversas regiões do estado.

Se o governo quer mexer no orçamento, ele que mexa na verba de propaganda, de publicidade, que, como disse, tem um valor vultoso de R\$ 42 milhões para serem gastos só este ano. Isto representa um gasto de R\$ 7,37 por habitante de Santa Catarina.

É um absurdo o que o governo gasta com publicidade. Ele poderia utilizar esse dinheiro para pagar melhor o servidor público; para cumprir o pagamento da escala vertical, assumida há quase dois anos, quando este Poder aprovou o Projeto nº 254. Ao contrário disso, fica remanejando verba de onde não deve, justamente para onde foi chamada a participação popular, que compareceu, decidiu e fez sua opção. No entanto, agora o governo tenta, através de manobras orçamentárias, retirar recursos para outros fins.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Vamos combater isso frontalmente porque defendemos as audiências e a proposta do orçamento regionalizado. Não podemos aceitar que puxem o tapete da população catarinense, desrespeitando a decisão das audiências públicas, até porque se fizermos isso estaremos compactuando com o descompromisso que tem este governo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Deputado Wilson Vieira, v.exa. tem mais 30 segundos para concluir seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Deputado Manoel Mota, concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - É lamentável, porque ontem v.exa. me aparteu e hoje me deixa com 20 segundos apenas. É impossível apartear-lo em 20 segundos.

É bom que isso aconteça para vermos na prática que as pessoas falam uma coisa e cumprem outra. É lamentável, mas não há tempo suficiente para responder. Com certeza acharei tempo durante um discurso meu para conceder um aparte a v.exa.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Não há problema!

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu queria pedir para o deputado Dentinho descer do palanque político...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Deputado Manoel Mota, se v.exa. me permite, as questões de ordem são levantadas por conta de dúvidas regimentais.

Quero pedir a compreensão de v.exa. porque agora está inscrito o deputado Paulo Eccel e em seguida o deputado Romildo Titon. Se v.exa. puder ter esta compreensão com a presidência...

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu aguardo, não há problema. Eu tenho calma e tranquilidade para depois responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - V.Exa. é um parlamentar compreensivo e esta presidência agradece.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Paulo Eccel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, srs. membros da Mesa, deputada Ana Paula Lima e srs. deputados, quero cumprimentar de forma especial as professoras, as servidoras, as funcionárias de várias Apaes de Santa Catarina que nos visitam e vão prestigiar a sessão desta tarde.

Quero, de antemão, fazer um convite a todos para uma sessão solene que aqui será realizada no dia 22 de novembro. Talvez pouca gente saiba, mas em Santa Catarina foi instalada a segunda Apae do país - a primeira foi no Rio de Janeiro. Nesse dia vamos comemorar os 50 anos da Apae em Santa Catarina. Então, estão todos convidados para participar da sessão solene aqui, na Assembléia, para homenagearmos as Apaes.

Neste horário de Breves Comunicações, sr. presidente, tenho quatro breves comunicações a fazer a Santa Catarina. A primeira delas é demonstrar, deputado Gelson Merísio, a minha surpresa diante do fato de hoje não termos visto nos órgãos de imprensa estadual - pelo menos eu não li ou então saiu em uma nota muito pequena - nenhuma repercussão acerca do fato trazido por representantes do município de Itapema, ontem de tarde, aqui na Assembléia Legislativa.

Ontem à tarde, um jornalista chegou aqui numa cadeira de rodas, porque alguns meses atrás ele foi baleado no município de Itapema e até agora não se descobriu ou não se divulgou o autor dos disparos. Então, na tarde ontem houve o fato noticiado e denunciado aqui neste Parlamento, no momento em que foi suspensa a sessão; mas para nossa surpresa, não houve repercussão.

Acho que é um fato gravíssimo e lamentável. Certamente nenhum dos parlamentares, dos servidores ou dos visitantes gostaria de ter na família ou alguém próximo atingido por uma bala. E até o momento não houve a divulgação dos mandantes desse crime ou como se encontra esse processo de investigação.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Ontem, enquanto essa pessoa participava da sessão, eu me encontrava no gabinete atendendo a uma comitiva do interior, mas acompanhei pela TVAL o seu pronunciamento.

Estranho a sua pergunta a este deputado, porque eu não controlo a imprensa, tampouco sou assessor de imprensa da Casa para lhe responder. Mas com certeza haverá a repercussão que o fato merecer, até porque não conheço, com sinceridade, o que aconteceu na cidade de Itapema, tampouco a pessoa que esteve aqui, ontem. Era só para deixar claro.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Quero esclarecer que não fiz questionamento a v.exa. Dirigi-me a sua pessoa porque conversávamos sobre este tema antes de ocupar a tribuna. Eu não fiz perguntas e v.exa. e não tem responsabilidade de me responder absolutamente nada. Sei que não é v.exa. quem controla a imprensa; existem outros que podem estar controlando, mas não v.exa.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu estava no plenário quando o episódio aconteceu. Quero dizer a v.exa. que a

sessão não foi suspensa. Foi uma cessão do deputado Francisco de Assis e da deputada Odete de Jesus. Feriu-se o Regimento Interno, mas naquele momento presidia a sessão o deputado Lício Silveira, que solicitou o espaço às lideranças; e nós fomos favoráveis para que houvesse a manifestação da vítima.

Lamentamos profundamente o episódio, uma pessoa ser covardemente atingida, naquela circunstância. O presidente, deputado Lício Silveira, nos consultou e demos o parecer, totalmente de acordo, nesse sentido.

A única coisa que estranhamos é por que se está levando o fato para o lado político; o fato está sendo encaminhado politicamente! Por sorte nossa o prefeito de Itapema é do PFL, do meu partido. Deu a impressão, pelas colocações feitas aqui, pelo episódio que montaram aqui, que foi o prefeito quem mandou baleiar o jornalista, e eu tenho certeza absoluta de que ele jamais mandaria fazer isso, um crime dessa natureza.

Lamentamos profundamente esse episódio. Ele é um ser humano, um cidadão do qual tem de ser respeitado o direito de vir e comentar, afinal é jornalista. Agora, o que eu estranho é a montagem que estão fazendo, insinuando que foi a administração de Itapema que mandou fazer aquele fato. É isso que quero colocar a v.exa.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Deputado Onofre Santo Agostini, quero deixar claro a v.exa. que a minha manifestação não é no sentido de identificar se é ou não um crime político. Só estranhei que um fato grave como esse não tenha repercutido, hoje, nos meios de comunicação. E é um fato gravíssimo um jornalista ser baleado!

A segunda breve comunicação que gostaria de fazer é que aprovamos hoje, pela manhã, na comissão de Educação, presidida pelo deputado Romildo Titon, a realização de audiência pública, no dia 31 de outubro, sobre o projeto do Estatuto do Magistério, que está sendo discutido em boa parte das escolas catarinenses.

No nosso entender é um projeto gravíssimo porque retira direitos dos servidores. Ele ainda não chegou na Assembléia Legislativa, mas estamos recebendo diariamente e-mails, correspondências de vários professores, pedindo que os deputados votem contra o projeto. A nossa preocupação é que esse projeto chegue aqui em regime de urgência ou no mês de janeiro, quando os professores e a maioria dos servidores estão em férias e a Assembléia em recesso.

Então, para que possamos trazê-lo ao debate de forma oficial, no próximo dia 31 de outubro vamos realizar uma audiência pública neste espaço. Talvez as várias professoras e os vários professores que estão visitando nesta tarde façam a discussão em suas respectivas escolas. Porém é um debate que ainda não se fez na Assembléia, porque o projeto não foi encaminhado pelo governo a esta Casa.

De antemão, segundo informações que os senhores mesmos nos passaram - também tivemos a oportunidade de recebê-las no congresso do Sinte, realizado na semana passada, em Araranguá -, quero dizer, com certeza que, com esse teor, com esse conteúdo, ele contará com o voto contrário de toda a bancada do PT.

A terceira breve comunicação é para parabenizar, sr. presidente, os homenageados da noite da última segunda-feira, professores catarinenses de diversas partes do nosso estado, que receberam a Medalha de Mérito Castorina Lobo de São Thiago.

Creio que foi um momento marcante, importante e de reconhecimento. Nós vimos no semblante de cada um dos homenageados a alegria de ter sido lembrado por esta Casa.

Sabemos que além das homenagens de mérito, das medalhas, dos troféus, dos certificados, precisamos fazer outras homenagens e, no caso específico, ao Magistério oferecer melhores condições para a realização do seu trabalho profissional e, com certeza, melhor salário.

A quarta breve comunicação, aproveitando o meu último minuto, é a seguinte: estive ontem, srs. deputados, participando de uma audiência pública em Brasília referente à questão da telefonia.

Santa Catarina e o Brasil estão atentos à famigerada tarifa básica de telefonia, aquele valor de quase R\$ 40,00 que cada um que tem telefone fixo em sua casa paga, utilizando ou não o aparelho. Ontem, participamos de uma audiência pública em Brasília, na Anatel, órgão que coordena esse setor no Brasil, tratando sobre as modificações que acontecerão a partir de 1º de janeiro.

Em 1º de janeiro passam a vigorar as novas regras de telefonia no Brasil, porque o contrato feito na época da privatização, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, encerra no dia 31 de dezembro. E uma das regras é que a tarifa passa a ser cobrada por minuto e não mais por pulsos. Se fizermos uma pesquisa, deputado Manoel Mota, sobre o que é pulso de telefone, pouca gente saberá explicar o que significa, na prática, mas minuto todo mundo sabe.

Então, a partir de janeiro certamente as tarifas telefônicas vão ser cobradas por minuto. Na prática, significa que aqueles que falam menos ao telefone, pagam menos; aqueles que costumam fazer uso de até três minutos por ligação, vão ter uma pequena redução em sua conta, e aqueles que falam mais de três minutos, vão ter o preço aumentado. Além disso, existe um novo modelo que deverá ser implantado, o modelo Aice, que é uma assinatura para a classe econômica, sem cobrança de tarifa.

Voltaremos a abordar o assunto em outra oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta presidência há poucos instantes fez, de forma prazerosa, o registro da presença de integrantes do Magistério público estadual, que nos dão a honra da visita. E agora quer também, com muita alegria, com muita satisfação, registrar a presença de dirigentes, profissionais, professores, integrantes das Apaes de todo o nosso estado, que aguardam a presença do governador em exercício, deputado e presidente desta Casa, Julio Garcia, que virá pessoalmente fazer a entrega do projeto de lei que aumenta o Fundo Social de 5% para 6%, para atender a esse segmento tão importante de pessoas que precisam do atendimento e do cuidado de nossas Apaes.

Por isso sejam todos bem-vindos a esta Assembléia, a Casa do Povo.

Inscrito para falar o Deputado Romildo Titon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos honram com a presença no dia de hoje, principalmente todos os integrantes das Apaes, professores e

dirigentes, que estão na capital para presenciar um ato importante do governo do estado, destinando 1% do Fundo Social às Apaes do estado de Santa Catarina, para que deem continuidade a esse grande trabalho social que fazem no Brasil inteiro. Esperamos, deputado Manoel Mota, que desta vez o projeto tenha aprovação unânime dos srs. parlamentares desta Casa, destinando 1% do Fundo Social, que tantos criticam.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Ex.a me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Ouço inicialmente o deputado Manoel Mota, que foi inviabilizado de falar num aparte a outro colega. Cedo o aparte para que v.ex.a faça suas colocações. Depois iniciarei o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Romildo Titon e dizer que hoje é um dos dias mais especiais ou talvez o mais especial de todos os momentos do governo neste Parlamento, porque foi apresentado a todas as Apaes de Santa Catarina um projeto de alcance social relevante - o mais relevante da história deste estado. Por isso estão prestigiando esta sessão ordinária integrantes, presidentes, professores, alunos, serventes das Apaes.

Nós queremos parabenizá-los pelo lindo trabalho que prestam na área social do estado de Santa Catarina. Com certeza este Parlamento tem a obrigação de aprovar o projeto, dando condições para que os membros das Apaes - professores, presidentes - não precisem mendigar para a sua sobrevivência. Este projeto tem um alcance social elevado.

Por isso, nós queremos cumprimentar, sim, o deputado Julio Garcia e pedir aos parlamentares que rapidamente aprovemos o projeto para colocar em prática essa ação tão elevada na área social.

(Palmas das galerias)

Deputado Romildo Titon, eu pedi o aparte para responder ao deputado Dentinho, mas como estou inscrito, falarei depois.

Peço a cada deputado deste Parlamento que não meça esforço, que busque no fundo do coração o sentimento daqueles que sofrem em cada Apae para darmos a resposta ao povo de Santa Catarina, porque para um projeto de alcance dessa natureza serão necessários os 40 deputados. E se não houver o apoio, terão que prestar contas às Apaes de Santa Catarina.

Parabéns a todas as Apaes pelo trabalho extraordinário que fazem.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Agradeço, deputado Manoel Mota.

Mas quero fazer uma colocação aos colegas parlamentares sobre o assunto que tratamos aqui, na segunda-feira, quando convocamos o deputado federal Carlito Merss, relator do orçamento da União, para comparecer no Fórum da BR-282 e discutirmos a questão da inclusão de recursos naquele orçamento para a BR-282, para o ano de 2006.

Isso nos preocupa, porque já temos conhecimento de que no orçamento da União constam para Santa Catarina R\$ 412 milhões. Entre eles, R\$ 364 milhões estão destinados ao DNIT, para construção e recuperação de rodovias.

Infelizmente, apenas R\$ 8 milhões estão destinados para a BR-282. Estamos tendo dificuldade, ao longo dos anos, em fazer com que o governo federal entenda que a BR-282 é a espinha dorsal de Santa Catarina, pois

é uma rodovia que vai da capital do estado à divisa com a Argentina. Há muitos anos a população que passa no trecho entre Lages e São José do Cerrito, assim como a população próxima à divisa com a Argentina, pisa na lama com muita dificuldade.

Muitas e muitas vezes recursos foram alocados no orçamento da União, mas foram desviados para outras finalidades, para outras regiões, ou ainda para recuperações, deixando sempre aquele trecho em segundo plano.

Agora é a vez, deputado Antônio Ceron, v.ex.a. que é o relator do nosso fórum sabe que é uma oportunidade impar que Santa Catarina tem para resgatar essa obra, porque pela primeira vez temos um relator do orçamento que é do nosso estado e do mesmo partido do governo Lula. Acreditamos que desta vez não vamos ser enganados novamente.

Há alguns problemas a serem resolvidos no Tribunal de Contas da União, pois essa obra ainda consta como uma das obras que têm irregularidades, para a qual não podem constar recursos no orçamento. Mas estivemos novamente, pela manhã, na presença de representantes do Tribunal de Contas da União em Santa Catarina, os quais nos esclareceram, mais uma vez, que o problema não está no tribunal, está no DNIT. Ainda falta chegar no TCU o contrato da sub-rogação com o DNIT, que vai executar a obra.

Disse-me claramente o secretário-geral do Tribunal de Contas da União em Santa Catarina que não há nenhum impeditivo para que se coloquem os recursos no orçamento, mesmo que aquela obra conste do rol das que têm irregularidades. Esses recursos ficarão bloqueados somente até que se resolva essa situação.

Faço estes esclarecimentos porque o nosso fórum tem tomado um cuidado muito grande para que não haja palanque político mais uma vez, para enganar a sociedade e criar falsas expectativas, como já aconteceu há alguns anos. Então, não devemos despertar muito interesse em divulgar para a imprensa alguma possibilidade nesse sentido, enquanto ela não for concretizada. Temos procurado mostrar a realidade do que está acontecendo, ver qual problema está emperrando, o que falta e o que se pode fazer.

Há poucos instantes, quando voltei a conversar com o deputado Fernando Coruja, que é o coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense dos deputados federais, soube que está agendada, para hoje à tarde, uma reunião com o sr. Alexandre, diretor-geral do DNIT, e com o Fórum Parlamentar Catarinense, a fim de agilizar esse processo que está emperrado no departamento jurídico.

Faço aqui essas colocações para os srs. parlamentares, até porque fomos pressionado por alguns colegas para ir a Brasília marcar audiência com o presidente do Tribunal de Contas da União. Mas não adianta irmos até lá, criarmos expectativas, gastarmos com passagens, com diárias, se não se vai resolver o problema, porque o assunto não está no TCU, repito, está no DNIT.

É um processo que ainda leva algum tempo e temos procurado fazer um acompanhamento em todos os setores por que passa esse processo, pressionando no sentido de que ele possa ser agilizado em tempo, para que até o final de novembro estejamos com essa situação resolvida e possa o Congresso Nacional fazer um decreto, liberando definitivamente essa obra, para que ela saia do quadro anexo, o quadro seis, como eles chamam, que é o local onde constam as obras com irregularidades no orçamento da União.

Resolvida essa situação, certamente o relator, que é um deputado de Santa Catarina, um catarinense, terá a consciência de que desta vez poderá ajudar nesse processo, no sentido de destinar recursos do orçamento da União para esse fim, garantindo não só o início como a conclusão da obra.

E eu colocava ao deputado Carlito Meress, que é o relator, que a obra de Lages a Campos Novos é uma obra rápida, porque praticamente 80% da terraplenagem já está pronta. E se forem destinados em torno de 70 a 80 milhões e não os R\$ 8 milhões que estão no orçamento da União, certamente aquela obra será resolvida definitivamente, obra essa que há mais de 50 anos o povo daquela região sonha ver acontecer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Srs. deputados, antes de adentrarmos no horário destinado aos Partidos Políticos, esta presidência consulta os srs. líderes e todos os srs. deputados para a seguinte proposição: encontra-se na Assembléia Legislativa o nosso governador em exercício e presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, que veio fazer a entrega do projeto que contempla, que beneficia, de forma justa, as Apaes do nosso estado. A proposta que vou fazer aos srs. deputados agora é no sentido de que suspendamos a presente sessão pelo tempo necessário, acredito que não mais do que meia hora, para que possamos receber o governador e s.exa. possa fazer a sua manifestação, sem que isto traga qualquer prejuízo ao horário dos Partidos Políticos e à Ordem do Dia, os quais serão transferidos para meia hora mais tarde.

É a consulta que esta presidência faz aos srs. líderes. Se houver concordância, nós iremos suspender a presente sessão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, para cooperar no sentido de que não haja muito prejuízo na sessão normal, o PFL, que é o partido do nosso governador em exercício, abre mão dos dez minutos de hoje exatamente para ajudar na equação dessa situação.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta presidência, sensibilizada, agradece ao líder do PFL a sua compreensão.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, nós não poderemos deixar de comemorar esta magnitude, este gesto brilhante do nosso presidente e hoje governador em exercício, deputado Julio Garcia, que vem apresentar as Apaes, as quais fazem um trabalho maravilhoso.

Então, o Partido Liberal também concorda.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, platéia aqui presente da Apae, entendo que este momento é um momento histórico. É um momento em que toda classe política, todas as prefeituras do estado de Santa Catarina, o governo estadual e o governo federal resgatam uma dívida que têm com a Apae, essa instituição

maravilhosa, composta pelos membros mais nobres da comunidade, que resgata esta dívida que os governos não conseguem resolver. E essas pessoas abnegadas e dedicadas a essa associação conseguem resgatar, conseguem, de certa forma, resolver o problema daquelas pessoas de uma categoria especial.

Então, em nome do PSB, concordamos com esta mudança de horário.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Procedemos ao registro das suas considerações e agradecemos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, inicialmente, gostaria de dizer que não conheço exatamente o teor da matéria. Nós vamos receber, hoje, o projeto, portanto, não posso aqui, já antecipadamente, dizer que vamos votar favoravelmente à matéria. Nós temos como responsabilidade parlamentar saber antes o teor da matéria.

Mas quero dizer que por se tratar de uma iniciativa em direção, em favor das Apaes, desde já conta com a minha simpatia. Mas precisou o presidente da Assembléia Legislativa, o deputado estadual Julio Garcia, do PFL, assumir temporariamente a chefia do Executivo para que fizesse um gesto claro em favor das nossas Apaes, porque nós estamos praticamente com três anos de governo e o governador Luiz Henrique da Silveira ainda não fez esse gesto.

Por isso quero, antecipadamente, apoiar e elogiar o gesto do deputado Julio Garcia.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sr. presidente, com o aval do meu líder, deputado Manoel Mota, eu, que estou inscrito, hoje, para falar em nome do nosso partido, o PMDB, por 15 minutos, também queria abrir mão do meu espaço para que possamos votar este projeto tão importante para as Apaes de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. presidente, quero, rapidamente, cumprimentar as educadoras, as professoras, os professores e os nossos irmãozinhos especiais, que nos honram com sua presença nesta tarde, e dizer que este é, sem sombra de dúvida, um projeto de um alcance social extraordinário, que merece, quero crer, de todos nós, com a responsabilidade que temos, o apoio da unanimidade dos pares desta Casa.

Diante da importância desta matéria, sr. presidente, o PSDB não apenas se solidariza como também, se for necessário, disponibiliza o seu tempo para que o evento adquira um caráter de solenidade nesta tarde.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero dizer ao deputado Afrânio Boppré que o governador autorizou este encaminhamento, quer dizer, não vamos ter nenhum problema com o projeto, que é relevante. Por isso, o meu partido abriu mão de 15 minutos, em nome do povo de Santa Catarina, para

poder atender as Apaes mais importantes do estado de Santa Catarina.

Obrigado.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, em nome do PP, Partido Progressista, não poderíamos deixar de fazer eco à solicitação de v.exa. de suspender a sessão por 30 minutos ou pelo tempo necessário, para que o nosso deputado estadual Julio Garcia, presidente da Assembléia, no exercício do comando do governo do estado, possa apresentar o seu projeto e dar as informações que forem necessárias, a fim de que possamos sair daqui com o espírito revigorado para receber os cumprimentos de todos e podermos continuar a nossa sessão.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, o PT é o último partido a se manifestar no mesmo sentido e não poderia ser diferente. Eu entendo que o momento e a presença de espírito do governador em exercício, o deputado Julio Garcia, foram providenciais. É a primeira vez que efetivamente um governador de estado se preocupa com as Apaes, que sobrevivem da doação, da parceria, da participação de "n" pessoas anônimas. Temos que cumprimentar o governador em exercício pela iniciativa e dizer que nós também, se necessário for, se ultrapassar a meia hora necessária, dispensaremos o nosso horário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta presidência registra a compreensão de v.exa.

Com a concordância dos srs. deputados e dos srs. líderes, esta presidência suspende a presente sessão e solicita, ato contínuo, que os srs. deputados Manoel Mota e Valmir Comin conduzam o sr. governador em exercício, deputado Julio Garcia, até o plenário, para que tome assento à mesa e possa fazer uso da palavra.

(Palmas das galerias)

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário e que, de acordo com o Regimento Interno, não havendo recurso no prazo de três sessões, serão arquivadas as seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 0269/2005, de autoria do deputado Gelson Merisio, e 0401/2005, de autoria do deputado Manoel Mota; proposta de sustação dos Atos nºs 0002/2005 e 0003/2005, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira; proposta de sustação do Decreto nº 3.250/2005.

Votação do parecer ao Projeto de Lei nº 0081/2005, de autoria da liderança do PP, que revoga integralmente a Lei nº 13.248/2004 e revigora outros dispositivos legais.

Conta com parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça.

Em votação o parecer da comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Carlos Vieira. LIDA ATÉ AQUI

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, parece-me que não temos quórum para deliberar. Solicitaria a v.exa. que essa matéria fosse votada mais tarde, até que se tenha quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Srs. deputados, solicitamos que v.exas. registrem sua presença no painel eletrônico e que a assessoria disponibilize o painel para que possamos fazer a verificação de quórum.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, é considerável o número de deputados presentes na Casa. Pediria, então, a v.exa. que fizesse um apelo no sentido de que aqueles que não se encontram no ambiente do plenário para cá se deslocassem, uma vez que existem matérias relevantes a serem deliberadas nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Atendendo solicitação do sr. deputado João Henrique Blasi, pedimos encarecidamente aos srs. deputados que estão no recinto que deixem registrada a sua presença e aqueles que estiverem em seus gabinetes possam fazer-se presentes no plenário, para que possamos deliberar.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, apresentei um pedido de vista ao Projeto de Lei Complementar nº 0031/2005 e hoje, na comissão de Finanças, levei-o para apreciação dos seus membros, para que nós, com o apoio de todas as lideranças, o levássemos para a pauta de votação e o liquidássemos, a fim de incluirmos ainda na folha de pagamento deste mês dos professores o benefício que ele gera, visto que eles têm-nos ligado muito, têm procurado todos os 40 deputados em seus gabinetes, têm mandado *e-mails* e têm-nos visitado.

Estou fazendo esse pedido, sr. presidente, porque a maioria dos líderes que assinou conosco esse documento encontra-se nesta Casa.

Então, se v.exa. pudesse incluí-lo na pauta de hoje, eu agradeceria.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Srs. deputados, a deputada Odete de Jesus, através de requerimento formal dirigido a esta presidência, assim como também através de requerimento verbal, por solicitação efetuada em homenagem aos integrantes do Magistério Público Estadual, solicita o acordo de líderes para que possamos incluir o Projeto de Lei Complementar nº 0031/2005 na pauta da Ordem do Dia de hoje.

Por isso, esta presidência indaga aos srs. líderes se todos concordam que essa matéria seja incluída na pauta e deliberada durante a Ordem do Dia de hoje.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, a bancada do PT concorda com a inclusão dessa matéria na pauta da Ordem do Dia de hoje.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, o PSB também concorda.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, eu concordo que essa matéria seja incluída na pauta da Ordem do Dia de hoje, tanto que fui companheiro e assinei o requerimento que chegou a v.exa.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Sr. presidente, a bancada do PSDB também concorda.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, a bancada do Partido Progressista também concorda com a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 0031/2005.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, assinei o requerimento e a bancada do PMDB também concorda.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, o PFL concorda e votará favorável ao projeto.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Srs. deputados, havendo concordância dos srs. líderes presentes, esta presidência solicita à assessoria desta mesa de trabalhos que localize na comissão o referido projeto, para que possamos deliberar ainda durante a sessão desta tarde.

Já estou com o projeto em mãos. É um projeto de lei complementar e são necessários 21 votos para a sua aprovação.

O quórum está escasso, temos 22 srs. deputados presentes. No entanto, pelas manifestações dos srs. deputados que assentem de forma positiva com o projeto, nós vamos colocá-lo primeiro em discussão e depois em votação.

(Palmas das galerias)

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 0031/2005, de origem governamental, com regime de urgência, que incorpora o abono previsto na Lei nº 12.667, de 2003, que reajusta valores de gratificações previstas na Lei nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências (Magistério Público Estadual).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Srs. deputados, não há condições de fazer a votação pelo painel eletrônico. Por isso faremos a votação por chamada nominal.

Solicito ao sr. primeiro-secretário, deputado Lício Silveira, que proceda à chamada dos srs. deputados para a votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO NILSON MACHADO	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	sim
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	
DEPUTADO WILSON VIEIRA	sim

Temos 27 votos "sim".

Está aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 0031/2005.

Retornamos às votações da pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, já que foi demonstrada boa vontade por parte desta Casa em atender o justo projeto, lançaria um apelo para que v.exa. encerrasse a presente sessão e convocasse uma sessão extraordinária, a fim de votarmos o segundo turno e a redação final ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Não poderia esta presidência esperar outra manifestação de v.exa., do alto de sua experiência, para que pudesse tomar esta providência, que é a mais adequada.

Por isso mesmo, encerramos a presente sessão e convocamos outra, extraordinária, para deliberarmos acerca do referido projeto.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As dezesseis horas e vinte minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Serafim - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO

ORDEM DO DIA

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita que as vantagens do Projeto de Lei Complementar nº 0031/2005 sejam pagas já neste mês de outubro.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra a presença do ex-deputado Luiz Suzin Marini na Casa.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Diz concordar com a votação do projeto do magistério.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON (pela ordem) - Manifesta-se contrário a determinado projeto da pauta.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Apresenta proposta para o encaminhamento que o presidente poderia dar à sessão.

DEPUTADO GELSON MERISIO (pela ordem) - Sugere o encerramento da sessão e a convocação de uma outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 0031/2005, de procedência governamental, que incorpora o abono previsto na Lei nº 12.667, de 2003, reajusta valores de gratificações previstas na Lei nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências (Magistério Público Estadual).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Comunico aos srs. deputados que a votação poderá ser efetuada pelo painel eletrônico, cujos serviços já estão restabelecidos.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, aproveitando a oportunidade em que o governador do estado em exercício, deputado Julio Garcia, está aqui, gostaria de pedir que seja incluída na folha deste mês para que os professores possam receber.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Feito o apelo, está em votação nominal a matéria.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

sim

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

DEPUTADO ANTÔNIO CERON

sim

DEPUTADO CELESTINO SECCO

DEPUTADO CESAR SOUZA

sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA

sim

DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

sim

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

sim

DEPUTADO GELSON SORGATO

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

sim

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA

sim

DEPUTADO JOSÉ SERAFIM

DEPUTADO JULIO GARCIA

sim

DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA

DEPUTADO MANOEL MOTA

sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NELSON GOETTEN

sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO NILSON MACHADO

sim

DEPUTADA ODETE DE JESUS

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

sim

DEPUTADO PAULO ECCEL

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA

sim

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

sim

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO

sim

DEPUTADA SIMONE SCHRAMM

DEPUTADO VALMIR COMIN

sim

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS

DEPUTADO WILSON VIEIRA

sim

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, permita-me v.exa., embora esteja na Ordem do Dia, fazer o registro da presença do eterno deputado Luiz Suzin Marini, que se encontra no plenário. Estou desconfiado, sr. presidente, de que ele está querendo voltar, porque não sai mais daqui. Como ele gostou tanto do Parlamento, talvez esteja querendo voltar para a Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Deputado Onofre Santo Agostini, a sua intuição é extremamente forte e, com certeza, o deputado Luiz Suzin Marini tem muitos serviços ainda a prestar para o estado de Santa Catarina na vida pública.

Está encerrada a votação.

Temos 28 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado, em segundo turno, por unanimidade, o referido projeto.

(Palmas das galerias)

Chamo a atenção dos srs. deputados, pois ainda temos uma extensa relação de matérias a serem votadas. Por isso, solicito que, por gentileza, permaneçam em plenário para que possamos deliberá-las.

Votação do parecer ao Projeto de Lei nº 0081/2005, de autoria da liderança da bancada do PP, que revoga integralmente a Lei nº 13.248, de 29 de dezembro de 2004, e revigora outros dispositivos legais.

Conta com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação o parecer.

O Sr. deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, antes da votação dessa matéria, gostaria de solicitar que seja feita a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Solicito que, através do painel eletrônico, os srs. deputados registrem sua presença, já que o pedido feito pelo líder da bancada do PP é regimental.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

Indago se porventura os deputados que estão presentes ainda não registraram sua presença através do painel eletrônico.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. presidente, é visível que vários colegas que estão aqui ainda não registraram sua presença! Não vamos nominá-los, até porque o painel ostenta letras garrafais que dão conta de nomes de vários colegas cujas presenças não estão sendo registradas. Não sei como v.exa. vai encaminhar a questão porque estão presentes de fato, só não a estão registrando no painel eletrônico. V.exa. encerraria a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Se não houver número...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. presidente, há que encerrar a Ordem do Dia, sem deliberar requerimento ou qualquer outra matéria! Vamos para o pinga-fogo da Explicação Pessoal, que não necessita de quórum. Em não deliberando agora, encerra-se a Ordem do Dia. Este é o meu entendimento e penso que é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - É perfeita a interpretação de v.exa. No entanto, faço um apelo especial o todos os srs. deputados, porque ainda gostaríamos, se houver quórum para tal, que fosse deliberado o projeto do magistério, aprovado há pouco em segundo turno, restando unicamente a redação final, para que ele possa ser incluído já na folha de pagamento deste mês.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, concordamos com a votação do projeto do magistério, prioritariamente, e depois faremos uma nova verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta presidência, se houver a concordância...

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, vou deixar a minha posição muito clara: sou contra a votação, hoje, deste

projeto que está na pauta, mas não quer dizer que sou contrário aos outros projetos constantes dela. É um direito regimental que tenho não dar quórum nesta votação específica, mas sou favorável que haja a votação das demais matérias, sem entrar no mérito se irei votar contra ou a favor.

Esta é a minha posição pessoal, não a da bancada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta presidência, não havendo um acordo para que possamos deliberar e não havendo quórum, passará diretamente à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, ainda há um jeito de contornarmos o pedido de v.exa. O deputado Joares Ponticelli fez a proposta de retirarmos de pauta essa matéria, que necessita de quórum qualificado, e votarmos, pelo menos, a redação final do projeto do magistério.

Portanto, v.exa. encerraria a sessão e convocaria outra, extraordinária, para votarmos a redação final da matéria do magistério, para possibilitar que seja incluída na folha de pagamento, e depois daria continuidade à sessão.

Penso que é uma proposta razoável - e percebi a angústia de v.exa. - e será muito importante que votemos hoje, porque, do contrário, não dará tempo de ser incluída na folha de pagamento. E o deputado Joares Ponticelli concorda comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Srs. líderes, vou traduzir a proposta, que é da retirada da votação do parecer ao Projeto de Lei nº 0081/2005 para que possamos deliberar somente a redação final.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, para o encaminhamento ficar mais simples, sugiro que v.exa. encerre a sessão, convocando uma outra em seguida, para votarmos a redação final. E assim encerraremos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - É este o encaminhamento que a presidência dará!

Esta presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h25min, com a seguinte Ordem do Dia: votação da redação final do Projeto de Lei nº 0031/2005.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Serafim - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0031/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Se houver a concordância dos srs. líderes, poderemos deliberar sobre o Projeto de Lei nº 0340/2005.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0340/2005, de procedência governamental, em regime de urgência, que aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007, autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Desenvolvimento Social e a abertura de crédito suplementar em favor da Assembléia Legislativa do Estado, Tribunal de Contas do Estado, Ministério de Justiça do Estado, Ministério Público e Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Esta matéria é em turno único?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Sim, em turno único.

Esta presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h30min, para a votação da redação final do Projeto de Lei nº 0340/2005.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e cinco, sob a Presidência do Senhor Deputado Jorginho Mello e presentes os demais membros: Deputado Francisco de Assis em substituição ao

Deputado Paulo Eccel, Deputado Antônio Carlos Vieira em substituição ao Deputado Joares Ponticelli, Deputado Celestino Secco, Deputado Onofre Santo Agostini, Deputado Sérgio Godinho, Deputado Romildo Titon, Deputado Vânio dos Santos e Deputado João Henrique Blasi. Aberto os trabalhos, foi lida e aprovada por unanimidade a ata da 27ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. **O Senhor Deputado Jorginho Mello**, relatou as seguintes matérias: Projetos de Lei nºs. 404.4/05, 400.2/05, 364.4/05 e 318.9/05, apresentando requerimentos pela diligência,

que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; Projetos de Lei n.ºs. 094.1/05, 407.9/05, 302.1/05 e 404.6/05, exarando pareceres pela admissibilidade, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei n.º 401.3/05, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Onofre Santo Agostini**, relatou a seguinte matéria: Proposta de Sustação de Ato n.º 006.1/05, exarando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Romildo Titon**, relatou a seguinte matéria: Projeto de Lei n.º 095.2/05, exarando parecer pela admissibilidade da emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Vânio dos Santos**, relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei n.º 273.2/05, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei n.º 255.0/05, exarando parecer pela admissibilidade nos termos da emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi. **O Senhor Deputado Sérgio Godinho**, relatou a seguinte matéria: Projeto de Lei n.º 269.6/05, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Senhor Deputado Celestino Secco**, relatou a seguinte matéria: Proposta de Sustação de Ato n.º 005.0/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Onofre Santo Agostini. **O Senhor Deputado João Henrique Blasi**, relatou as seguintes matérias: Medida Provisória n.º 120/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; Proposta de Sustação de Ato n.º 002.8/05, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Celestino Secco; Proposta de Sustação de Ato n.º 003.9/05, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; Projeto de Lei Complementar n.º 003.1/05, exarando parecer pela admissibilidade com emendas, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Celestino Secco e o Projeto de Lei n.º 340.7/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Edgard Novuchy Pereira Usuy, Secretário Parlamentar, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 2005.

Deputado Jorginho Mello

Presidente

*** X X X ***

FÓRUM

FRENTE PARLAMENTAR CATARINENSE PELA CRIANÇA E PELO ADOLESCENTE

Florianópolis, 20 de setembro de 2005

SUMÁRIO

ANGELA BASTOS - Discorre sobre o documentário Flor de Pessegueiro que aborda o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes.

DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Relata seu empenho na formação da Frente Parlamentar em Defesa da Infância e da Adolescência no estado de Santa Catarina e sua integração com o resto do país.

HELEN CRISTINE CORRÊA SANCHES - Aborda o papel do Ministério Público e a atuação do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

VEREADOR MARCÍLIO ÁVILA - Coloca a importância do papel dos Legislativos municipais na divulgação do documentário Flor de Pessegueiro, como forma de ajudar no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

PEDRO SÉRGIO STEIL - Como procurador-geral de justiça parabeniza o Poder Legislativo pela implantação da Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Infância e da Adolescência.

CÉZAR CIM - Coloca o governo do estado à disposição da Frente Parlamentar em Defesa da Infância e da Adolescência para formar parceria no combate à violência.

DEPUTADA LUCI CHOINASKI - Coloca sua visão acerca do papel da mulher na sociedade moderna, notadamente na educação de crianças e adolescentes.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Walter Souza) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, muito bom-dia. Numa parceria entre a Assembléia Legislativa de Santa Catarina e o Ministério Público Estadual estamos, neste momento, dando início à solenidade de instalação da Frente Parlamentar Catarinense pela Criança e pelo Adolescente e à adesão ao Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência.

Convidamos para compor a mesa de honra as seguintes autoridades:

Excelentíssima sra. Simone Schramm, deputada estadual;

Excelentíssimo sr. Cézar Cim, secretário de estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, neste ato representando o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssima sra. deputada federal Luci Choinacki, neste ato representando a excelentíssima sra. deputada federal Maria do Rosário, coordenadora da Frente Parlamentar Nacional pela Criança e Adolescente;

Excelentíssimo sr. dr. Pedro Steil, procurador-geral de justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. vereador Marcílio Ávila, presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Dra. Helen Cristine Corrêa Sanches, coordenadora do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil;

Excelentíssimo sr. Luiz Ademar Paes, superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. juiz de direito Rafael Bruning, representando a comissão Pró-Infância e Juventude da Associação dos Magistrados Catarinenses;

Promotor de Justiça, presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, Lio Marcos Marin.

Neste momento convidamos todos para, de pé, ouvirmos o hino nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Registramos ainda a presença das seguintes autoridades:

Sra. Ana Paula Lima, deputada estadual;

Sr. Aurino Alves de Souza, procurador de justiça e coordenador-geral do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude;

Sra. Fabiane Regert, neste ato representando a OAB de Santa Catarina;

Sra. Angela Bastos, produtora do documentário Flor do Pessegueiro;

Sr. Eliseu de Souza, representando o excelentíssimo secretário de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, deputado Ronaldo Benedet;

Sra. Elisabete Nunes Anderle, diretora-geral, representando o excelentíssimo secretário de estado da Educação, Ciência e Tecnologia;

Sr. Odilon Silva, delegado regional do trabalho;

Sr. Miguel Minguillo, coordenador da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho;

Sr. Paulo Vendelino Kons, presidente da Associação Catarinense de Conselhos Tutelares;

Sr. Firmino Aderbal Chaves Branco, prefeito municipal de Campo Belo do Sul;

Sra. Shirlei Guimarães Monteiro, neste ato representando a prefeitura municipal de Criciúma;

Sr. Cincinato Silva, representando o prefeito municipal de Itajaí;

Sra. Isabel Cristina Meurer, representando a prefeitura municipal de Navegantes;

Sr. Osmar Dettmer, coordenador-geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Sr. Genovêncio Mattos Neto, representando o Conselho Estadual de Entorpecentes;

Sra. Rosane Campos Dutra, gerente de educação infantil da secretaria de estado da Educação, Ciência e Tecnologia;

Sra. Elizabete Bizzollo, coordenadora do programa Sentinela, de Criciúma, e coordenadora regional do Fórum Catarinense de Combate à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil;

Excelentíssimo sr. vereador Roberto Stahelin, presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara;

Vereador Afonso José Delmonego, presidente da Câmara Municipal de São João do Itaperiú;

Vereadora Sônia Maria Beasei, neste ato representando a Câmara Municipal de Xanxerê;

Cristiane Claudino, neste ato representando o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis;

Sra. Márcia Santos Barbosa, neste ato representando o Conselho Regional de Serviço Social - Santa Catarina;

Sr. Luiz Carlos Fernandes Cardoso, presidente do Conselho da Criança e do Adolescente do município de Palhoça;

Sra. Kelly Vieira Vicente, presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo Amaro da Imperatriz;

Sra. Dulce Maria Franciosi, presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Ituporanga;

Sr. Jacó Basílio Correia, diretor de Relações Públicas da Associação dos Usuários de Capiis II de Palhoça;

Sra. Maria Aparecida Bertoncini, coordenadora do Programa Sentinela, de Içara;

Sra. Sandra Cristina Sakis, representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Navegantes;

Sra. Janice Maria Marques Cordeiro, neste ato representando o Conselho Tutelar de Florianópolis;

Sra. Maria Aparecida de Moraes, coordenadora-geral, neste ato representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Blumenau;

Sr. João Alfredo Brodt, neste ato representando o presidente da Federação das Empresas do Transportes de Cargas de Santa Catarina;

Sra. Liani Maria Vaz Daniel, representando o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho, da Procuradoria Regional do Trabalho;

Sra. Maria Alice Borba, conselheira do Conselho Tutelar de Biguaçu;

Sra. Gracia Maria Massad, neste ato representando a entidade Bemfam - Bem-Estar Familiar no Brasil;

Sra. Rosângela Batista Madruga, coordenadora do Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil de São José;

Sra. Maria Eunice Melo Cardoso, coordenadora do Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil de Florianópolis;

Sra. Marilúcia Tamanine Schauffert, neste ato representando o Centro de Referência Sentinela de São José;

Sra. Cely Garcia Jeremias da Natividade, neste ato representando o Programa Cidade da Criança de São José.

Quero registrar as correspondências que foram enviadas à deputada Simone Schramm, agradecendo o convite e justificando a ausência dos srs. Marco Antônio Tebaldi, prefeito do município de Joinville, Paulo França, secretário de estado do Desenvolvimento Regional, do município de Blumenau, e da Abrinq.

Convido todos para assistir a exibição do documentário Flor de Pessegueiro, de autoria da jornalista Angela Bastos, que aborda a violência sexual contra crianças e adolescentes e traz o relato de técnicos e especialistas sobre o fenômeno, especialmente quando ocorre, infelizmente, no âmbito da própria família.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Registramos ainda a presença do promotor de justiça, dr. Durval da Silva Amorim; da promotora de justiça, dra. Cristiane Maria Rosália Boel; da sra. Regina Reck, conselheira do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina; do sr. Guilherme Petry, vice-presidente estadual da Central Única das Favelas; da sra. Adeliária Schmidt Daufendack, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gravatal; da sra. Lúcia Aparecida Mendonça Fernandes, secretária municipal de Promoção Social de Gravatal, e da sra. Cristina Puluceno de Oliveira, conselheira tutelar de Laguna.

Fazemos o registro também de três correspondências encaminhadas ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia, enviadas por Ana Lúcia Leite, chefe-de-gabinete da secretaria de estado do Planejamento; por Luiz Carlos Costa de Souza, da secretaria de estado da Administração, e pelo prefeito municipal de Balneário Camboriú, Rubens Spornau.

Convido a jornalista Angela Bastos para fazer uso da palavra.

A SRA. ANGELA BASTOS - Bom-dia a todos! Muito obrigada por poder trazer Flor de Pessegueiro para vocês, especialmente nesta Casa que é um lugar tão importante para estas questões dos diferentes tipos de violência, especialmente quando atingem crianças.

Flor de Pessegueiro foi construído a partir do meu trabalho de jornalista. Sou repórter do jornal Diário Catarinense e há algum tempo venho me dedicando às causas da violência contra a criança. Senti que tinha diante de mim um filé, digamos assim, como se fala entre jornalistas, que era a possibilidade de transformar as matérias em um audiovisual.

Por que pensei nisso? Poderia ficar restrita à minha atividade, jornalista que sou de mídia impressa, porque entendia que esta questão da violência sexual e esta questão envolvendo especialmente as mulheres... E quando essa violência se dá no âmbito privado, lá onde não se consegue entrar com câmera, não se consegue entrar para fazer a operação com a participação seja da polícia, da polícia rodoviária, com o apoio do Ministério Público, entre quatro paredes, eu percebi que deveria sair dessas páginas do jornal e ir para algo que eu pudesse atingir num espaço de tempo maior, um número maior de pessoas.

O documentário foi realizado com recursos do Fundo de Incentivo ao Cinema da prefeitura de Florianópolis. Na verdade, tudo isso que vocês viram foi feito com R\$ 10 mil. Quem trabalha com mídia, com televisão, enfim, sabe que esse valor é muito pouco para se fazer alguma coisa. Ele foi lançado oficialmente no dia 31 de maio, no Teatro Álvaro de Carvalho, e depois, especialmente a partir de uma matéria que foi escrita por um colunista da revista Veja, terminou por ultrapassar os limites de Santa Catarina. E a partir dessa matéria, na qual o jornalista André Petry dizia que seria bom que o Brasil inteiro assistisse Flor de Pessegueiro, ele terminava dizendo que viveríamos em uma sociedade melhor.

Hoje, posso dizer para vocês que recebi convite para levar Flor de Pessegueiro, sem nenhum exagero, do Rio Grande do Sul ao Amazonas. A convite do então ainda ministro Nilmário Miranda, eu estive na secretaria especial de Direitos Humanos fazendo uma sessão fechada, digamos assim, com os técnicos daquela secretaria.

Posteriormente, a convite do Fórum Cearense pelo Enfrentamento da Violência Sexual, estive em Fortaleza também levando o documentário, onde foi feita a apresentação, seguindo-se um debate com a presença de 300 pessoas. Lá estavam presentes promotores de justiça, psicólogas, assistentes sociais, representantes dos programas, conselheiros tutelares e muitos estudantes de direito, fato que achei super importante. E eu acho importante saber como o direito está processando, como essas situações chegam aos advogados, aos promotores e, por fim, à Justiça, aos juízes.

Posteriormente, houve algumas apresentações, a convite da professora Elizabete Anderle, por exemplo, da Universidade do Estado de Santa Catarina, e depois da Universidade Federal de Santa Catarina. E está-se construindo uma agenda. Eu procuro levar Flor de Pessegueiro... Eu sempre amarro com as pessoas que me convidam não necessariamente um cachê. Eu digo que nós vamos fazer um debate. Reúnem-se pessoas em sua comunidade para discutir a questão da violência sexual quando ela se dá no âmbito da família.

Neste final de semana, eu tive a alegria de participar do festival Tudo sobre Mulheres, que ocorreu na Chapada dos Guimarães, do dia 14 ao dia 18. O meu documentário havia sido selecionado para participar com mais 25 filmes de todo o Brasil. Um detalhe: o tema deveria ser sobre mulheres. Havia produções do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Brasília, do Ceará, do Rio Grande do Sul, do Paraná, enfim, de praticamente todos os estados brasileiros.

Quando cheguei lá, a coordenadora do festival disse: "Angela, eu acho que nós temos um espaço e além de estarmos apresentando o teu documentário em praça pública, como é um festival, está havendo um encontro regional das mulheres matogrossenses, e seria importante que elas vissem o teu documentário. Para mim não houve problema algum, foi mais um momento. Havia ali 45 mulheres do Pantanal, do Alto Xingu, do Xingu, da divisa do Brasil com a Bolívia, havia educadoras e professoras de Cuiabá, agricultoras, índias.

Foi um momento muito importante em elas assistiram a esse documentário. Eu ouvia nas suas falas que elas queriam levar esse festival para a cidade de Água Boa, a 700 quilômetros de Cuiabá, porque lá elas não tinham nada, apenas um precário conselho tutelar, com duas pessoas trabalhando.

Além da apresentação para essas mulheres, o vídeo foi apresentado e submetido a um júri. Entre os jurados tínhamos a atriz Lucélia Santos, que ficou conhecida como Escrava Isaura, quando fez a novela.

Confesso aos senhores que quase não participei desse festival porque não tinha, na verdade, recursos para ir. Tentei até uma ajuda com algumas pessoas para a passagem, mas não consegui. Então, praticamente eu havia desistido, quando na sexta-feira, às 18h15min, ligou-me uma das pessoas da produção dizendo-me que uma cineasta havia desistido de participar, pois estava indo com o seu filme para fora do Brasil e que as passagens, a alimentação e a diária poderiam ser revertidas para alguém e que elas achavam que era importante que eu fosse. E eu fui.

Para minha alegria, não levei xerox, folder, cartaz e quando cheguei lá até me assustei porque as produções, se não eram de Hollywood, tinham uma boa estrutura. Eu não tinha nada, a não ser duas camisetas - Flor de Pessegueiro - cedidas por uma família, dona de um mercado público no Sacó dos Limões, que resolveu fazer para distribuir para algumas pessoas.

Para minha alegria, no sábado à noite, depois da apresentação, percebi que o vídeo tinha mexido muito com as pessoas. Encontrei com várias pessoas com sotaques diferentes vindo falar comigo para saber como levar o documentário para os seus estados. E no domingo, quando saiu o resultado, Flor de Pessegueiro havia sido o vídeo vencedor.

Para mim, isso foi muito importante, porque, além de estar levando essa causa...

(Palmas)

Obrigada!

Essa foi a minha primeira experiência no cinema, no audiovisual, mas o prêmio é que é muito importante, pois ele poderá dar-me a possibilidade de, no ano que vem, já com equipamentos à disposição, com uma produtora de São Paulo, realizar um novo documentário.

Na Chapada dos Guimarães fiquei bem gripada, como os senhores estão vendo, porque saí daqui com uma temperatura muito baixa e recebi orientação de que fosse com roupas leves devido ao calor. Cheguei em Cuiabá com a temperatura de 32°C, estava ótimo! Só que houve uma virada de tempo e durante os quatro dias a temperatura chegou a 10°C. Eles disseram que foi uma coisa meio atípica aquele frio que ocorreu em Mato Grosso.

No último dia, após o resultado, uma mulher do Pantanal chegou para mim e disse assim: "Como é a flor de pessegueiro? Nós não a conhecemos aqui". Ai eu expliquei a ela que há uma cena do filme em que aparece a flor de pessegueiro. E ela me disse assim: "Nós só conhecemos o pêssego, um pouco em função do clima, pois não há como cultivarmos pêssegos no centro oeste do Brasil."

E aí eu pensei assim: acho que essa gripe veio em boa hora, pois se não fosse o frio que fez lá no centro oeste, Flor de Pessegueiro não teria desabrochado no cerrado, no Pantanal. E eu espero que ele desabroche também em Santa Catarina, pois eu acho que está faltando desabrochar um pouquinho aqui!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Walter Souza) - Convidamos para fazer uso da palavra a sra. deputada estadual Simone Schramm, que instituiu, em Santa Catarina, a Frente Parlamentar Catarinense pela Infância e Adolescência.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Simone Schramm) - Passo a coordenação dos trabalhos da mesa à deputada Ana Paula Lima, para que eu possa fazer uso da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, então, a Deputada Simone Schramm.

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - O meu bom-dia a todos. Eu gostaria que ocupasse o meu lugar na mesa a jornalista Angela Bastos.

Deputada Ana Paula Lima;

Excelentíssimo sr. deputado César Cim, secretário de estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, neste ato representando o excelentíssimo governador dr. Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssima sra. deputada federal Luci Choinacki, representando neste ato a excelentíssima sra. deputada federal Maria do Rosário, coordenadora da Frente Parlamentar Nacional pela Criança e Adolescente;

Excelentíssimo sr. dr. Pedro Steil, procurador-geral de justiça, que também vem prestigiar este evento;

Excelentíssimo sr. vereador Marcílio Ávila, presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, e cumprimentando-o quero cumprimentar todos os vereadores aqui presentes;

Sra. dra. Helen Cristine Correa Sanches, coordenadora do Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, grande parceira deste evento;

Excelentíssimo sr. Luiz Ademar Paes, superintendente da Polícia Rodoviária Federal;

Excelentíssimo sr. juiz de direito Rafael Bruning, representando a comissão Pró-Infância e Juventude da Associação de Magistrados Catarinenses;

Excelentíssimo sr. promotor de justiça e presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, Lio Marcos Marin;

Jornalista Angela Bastos, deputados Odete de Jesus e Joares Ponticelli.

Gostaria, inicialmente, de parabenizar a jornalista Angela Bastos, que apesar de todas as suas dificuldades está fazendo a diferença. Fez a diferença com este documentário que acabamos de assistir, que certamente servirá de reflexão para todos que tiverem a oportunidade de assisti-lo. Parabéns.

(Passa a ler)

"Senhoras e senhores, participamos, no mês de maio, representando esta Casa Legislativa, como também a dra. Helen Sanches, promotora de justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, representando o Ministério Público do estado de Santa Catarina, da assinatura do Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência, cuja meta é criar uma rede nacional de defesa dos direitos da criança e do adolescente, unindo parlamentares do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais do país inteiro, visando criar programa de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, fortalecendo assim a rede de combate.

Mediante compromisso assumido, instituímos nesta Casa a Frente Parlamentar Catarinense pela Infância e Adolescência, onde obtivemos a visão unânime dos 40 Deputados, como também é esperado das 293 Casas Legislativas municipais.

Os aspectos mais polêmicos relacionados aos jovens saíram de um estado de latência para dominarem o debate nacional e, em alguns casos, mundial.

Temas como a violência, turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes, a utilização de mão-de-obra infantil em algumas atividades econômicas, a pedofilia, principalmente na Internet, passaram a monopolizar atenções dos mais variados segmentos da sociedade, exigindo do Parlamento um posicionamento pronto, claro e firme.

O sucesso obtido pela frente do Congresso Nacional no enfrentamento desses problemas despertou em alguns Parlamentos estaduais e municipais o interesse em adotar mecanismos semelhantes.

Partindo desse quadro, as frentes parlamentares são instrumentos de coordenação de estratégias comuns. Por meio de um trabalho sincronizado, que consegue torná-los mais objetivos, catalisando opiniões e combinando iniciativas, há a formação, então, de uma rede nacional de defesa dos direitos infanto-juvenis, unindo parlamentares federais, estaduais e municipais, que certamente proverão ações capazes de transformar em políticas públicas concretas os direitos assegurados na legislação brasileira e nos contratos e convenções internacionais.

Dessa forma, considerando que quase 45% dos brasileiros de zero a 17 anos, totalizando 27,4 milhões, vivem em situação de pobreza, que a violência chega a vitimar anualmente cerca de 14 mil crianças e adolescentes no país, que o trabalho infantil continua sendo um grave problema a ser enfrentado, com a prova de que 5,5 milhões de meninos e meninas entre cinco e 17 anos estão trabalhando no Brasil, tudo de acordo com um recente estudo feito pelo Unicef a partir dos dados do IBGE e que segundo pesquisa do ministério da Saúde e da Unesco a gravidez precoce e as dificuldades dela decorrentes já correspondem pela terceira causa de morte entre jovens brasileiros, sendo ainda a principal causa também da evasão escolar dos adolescentes entre 15 e 17 anos, chega-se à conclusão de que o quadro é alarmante.

Senão vejamos. A cada ano no mundo um milhão de crianças e adolescentes são vítimas de exploração sexual; no Brasil, 14 mil são vítimas de violência; na tríplice fronteira - Argentina/Paraguai/Uruguai, 3,5 mil são vítimas de exploração sexual, 800 milhões de pessoas no mundo já foram vítimas de assédio, 69% menores de 12 anos por parentes e amigos da família.

Entre maio de 2003 e maio de 2004, o disque-denúncia do governo federal registrou 6 mil acusações de violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país. Para cada caso notificado, dez deixam de ser denunciados. Os casos notificados incluem até pedofilia praticada contra bebês, sendo que a maior incidência ocorre entre quatro e cinco anos de idade.

Ao longo dos mais de sete mil quilômetros de fronteira do Brasil existem práticas de tráfico, turismo sexual e prostituição em rodovias, sendo que as vítimas muitas vezes são crianças e adolescentes.

Em nosso estado, em 2004, 75% dos casos atendidos pelos conselhos tutelares referem-se a abuso sexual. Um exemplo é o que foi descoberto há poucos meses por comissários da infância e juventude com a Polícia Civil de Joinville, que apreenderam na casa de um estrangeiro que reside no município há 13 anos 126 CDs com fotografias, nas quais ele aparece com crianças em cenas de sexo explícito. A suspeita é de que o acusado integre rede internacional de pedofilia e exploração sexual de menores. Os alvos sexuais dele seriam crianças e adolescentes carentes. Para atraí-los, costumava pagar lanches e horas de jogo em *law-houses*. Muitas crianças vítimas desse tipo de crime que relatei anteriormente são envolvidas sem perceber.

Para implementação de programas voltados a crianças e adolescentes, surgiu o FIA - Fundo para a Infância e Adolescência, autorizado pela Lei Federal nº 8.242/91, que prevê a possibilidade da realização de doações aos fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e federais, com o objetivo de captar recursos para serem destinados ao atendimento de políticas públicas, programas e ações voltadas ao atendimento de infantes em situação de risco.

Em Santa Catarina, os recursos destinados ao FIA têm-se mostrado insuficientes para atender à demanda. Cabe, portanto, o primeiro desafio à Frente Parlamentar Catarinense para mudar este quadro, a exemplo do Ministério Público de Santa Catarina, em que inúmeros promotores já destinaram até 6% do imposto retido na fonte como doação ao FIA.

Segundo dados obtidos junto à secretaria da Fazenda, em 2004, o imposto retido na fonte dos servidores estaduais chegou ao montante de R\$ 225 milhões, sendo que se tivéssemos a doação desses servidores teríamos R\$ 15 milhões no fundo.

Sobreleva apontar o nosso estado vizinho, o Paraná, cujo fundo recolheu, em 2004, R\$ 22.264.610,33, e até junho de 2005 a arrecadação foi de R\$ 10.588.882,46, conforme dados do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Paraná. Aplicando-se também a renúncia fiscal como: taxa de serviços do Detran, taxa de saúde pública, loteria estadual, alíquotas de embarcações, multas previstas na legislação de trânsito, serviços de inspeção e fiscalização de recursos oriundos do incentivo fiscal alusivo ao imposto de renda retido de pessoas jurídicas e físicas.

Para incrementar o fundo, entramos nesta Casa com projeto de resolução instituindo o Fialesc - que se encontra hoje para a relatoria do deputado Joares Ponticelli -, com o intuito de promover campanha entre parlamentares que compõem a frente e funcionários desta Casa pela adesão de doação em até 6% do imposto devido ao FIA estadual. Estamos esperançosos no sentido de que as Câmaras Municipais adotem também o mesmo modelo.

Cumprir destacar que, em audiência com o secretário da Fazenda, dr. Max Bornholdt, quando me acompanhou a promotora dra. Helen, restou acordado desenvolvermos uma grande campanha para adesão de todos os servidores estaduais junto ao FIA. Tenho a certeza de que somente combateremos a violência com ações práticas e com a união de todos os esforços. Esse tema deve ser pautado como prioridade máxima de todas as autoridades do nosso estado e país.

Piaget nos diz: 'Quando vejo uma criança, ela me inspira dois sentimentos: ternura pelo que ela é e respeito pelo que ela poderá ser'. Esse respeito pelo que poderá ser deve ser de toda a sociedade cujas ações não podem ficar só nas palavras.

Como diz Samuel Jonhson, na maior parte dos homens as dificuldades são filhas da preguiça. Não podemos permitir que seja roubado o direito à infância das nossas crianças, como também a juventude de nossos adolescentes. O lugar da criança e do adolescente é no orçamento da união, do estado e do município e com absoluta certeza no coração de todos nós.

Desejo muito sucesso ao trabalho da Frente Parlamentar Catarinense pela Infância e Adolescência.

Agradeço ao Ministério Público pela parceria, bem como a todos os colegas parlamentares, às Câmaras Municipais e a todos vocês, que acataram o nosso convite.

Muito obrigada e sucesso a todos!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Walter Souza) - Convidamos para fazer uso da palavra a dra. Helen Cristine Corrêa Sanches, coordenadora do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

A DRA. HELEN CRISTINE CORRÊA SANCHES - Excelentíssima sra. deputada Simone Schramm, proponente da Frente Parlamentar Catarinense, em seu nome gostaria de cumprimentar todas as autoridades que compõem a mesa de honra.

Senhores conselheiros tutelares, colegas promotores de justiça, juízes de direito, integrantes do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, srs. vereadores, srs. deputados estaduais, um bom-dia a todos.

(Passa a ler)

"Após 15 anos de promulgação da Lei nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, a contínua reflexão dos operadores da rede visando a sua efetiva implementação demonstra que nosso caminho ainda afigura-se árduo.

A busca de alternativas para o enfrentamento dos desafios apresentados traduz-se, muito além das políticas de garantia de direitos da criança e do adolescente, na atuação do poder público frente às demandas sociais, no papel da sociedade civil organizada, mas principalmente na construção e integração da rede de atendimento, da qual entidades, voluntários, operadores jurídicos, conselheiros tutelares, conselheiros municipais de direitos, dentre tantos outros, fazem parte.

O momento vivenciado hoje com a instalação da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente é histórico e marca uma nova etapa da nossa jornada, unindo de forma inédita os parlamentares catarinenses na luta para promover ações capazes de transformar em políticas públicas concretas os direitos já assegurados na legislação brasileira, nos tratados e convenções internacionais.

E a responsabilidade com os compromissos ora assumidos aumenta, na medida em que as estatísticas oficiais nos evidenciam que para cada grupo de dez denúncias de abuso e violência sexual praticados contra criança e adolescente, outras 90 mantêm-se ocultas sob os muros invioláveis dos lares; somente 10% dos casos chegam às autoridades.

Estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância mostram que 16 adolescentes brasileiros morrem por dia assassinados. Em 2004, de janeiro a agosto, conselhos tutelares de 163 municípios catarinenses registraram 2.983 ocorrências de crianças e adolescentes que foram vítimas dessa violência. Dessas, somente 45% receberam atendimento nos programas municipais, demonstrando que a grande maioria das vítimas não mereceu qualquer atenção por parte dos órgãos públicos. No que se refere ao atendimento à família, a pesquisa mostra que mais de 78% ficaram excluídas da atenção do poder público.

Todos esses números nos remetem ao lado mais doloroso dessa estatística, sem esquecer daqueles casos que permanecem ocultos das autoridades e da sociedade.

Num curto período de oito meses, no ano de 2004, sabe-se, comprovadamente, que em Santa Catarina aproximadamente três mil crianças e adolescentes, que tiveram coragem de denunciar ou que contaram com alguma força aliada que desmascarou a violência da qual eram vítimas, continuaram à mercê de seus agressores, sem qualquer assistência do poder público, em que pese nossa legislação gritar ao mundo o orgulho de dispor de uma das mais avançadas leis nessa

área: o Estatuto da Criança e do Adolescente; lei essa que coloca a criança e o adolescente como prioridade absoluta, o que equivale a dizer que o poder público não pode, em hipótese alguma, se eximir da sua obrigação sob quaisquer justificativas: carência de recursos, inexistência de obrigação imediata ou a alegada interferência indevida no seu poder discricionário.

Por causa dessa indignação, há sete anos, no dia 16 de maio de 1998, na cidade de Chapecó, nascia o Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, originário de um movimento da sociedade civil organizado a partir da indignação de aproximadamente 120 pessoas, profissionais que atuavam na área da criança e do adolescente, para a deflagração de ações efetivas de combate à violência e à exploração sexual de crianças e de adolescentes.

É o fórum constituído por um conjunto de pessoas, entidades e organizações não governamentais, que hoje somam mais de 3 mil integrantes, dispo de representação em todos os 293 municípios catarinenses, em uma demonstração inequívoca da vontade dessa sociedade em combater essa mácula social, com o apoio imprescindível de diversas instituições que aceitaram de imediato o chamado para se integrarem ao propósito de combater a violência e a exploração sexual infanto-juvenil.

Desde a data da criação do fórum, Santa Catarina tem-se destacado no cenário nacional pela luta contra a violência e o abuso sexual de crianças e adolescentes, com a mobilização da sociedade civil para enfrentar tão grave problema.

Nesse contexto, é importante registrar o engajamento e o comprometimento de diversas entidades e órgãos públicos e privados comprometidos e sensíveis à causa, dentre eles as Polícias Rodoviária Federal, Militar e Civil, a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais desta Casa, dentre tantos outros tão importantes, que prontamente aderem ao chamado e têm contribuído sistematicamente para as campanhas de conscientização e sensibilização social, atuando também na prevenção, combate e repressão à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

A mobilização e a participação da sociedade tem sido um contraponto fundamental para pôr fim a essa cruel forma de violação de direitos humanos, retirando a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes do campo privado e revelando-a na dimensão pública. Portanto, merecedora de atenção especial do poder público e das políticas públicas.

A formação de uma nova mentalidade coletiva exige muito esforço e, principalmente, uma ampla revisão de valores, conceitos e preconceitos que se manifestam nas relações pessoais, sociais e interpessoais.

O enfrentamento à violência e exploração sexual requer, portanto, o compromisso e a responsabilidade social de todos, a fim de se criar um novo olhar e uma nova forma de relações entre adultos e o segmento infanto-juvenil.

É com esse compromisso ético que hoje se conclama os parlamentares catarinenses a se engajarem nessa missão, que, muito mais do que repetir antigos paradigmas e limitar-se a aspectos formais, pretende implementar um novo olhar e uma nova cultura para os direitos das crianças e adolescentes, através de ações concretas, como o acompanhamento sistemático e sincronizado das propostas legislativas de interesse da criança e do adolescente, especialmente o monitoramento dos recursos orçamentários e a fiscalização do cumprimento das respectivas políticas públicas de prevenção e proteção, colocando, de fato, os direitos da população infanto-juvenil acima de qualquer outro bem ou interesse, pondo de lado as divergências e antagonismos que os separam em outros planos da vida nacional.

Enquanto houver uma criança ou adolescente sem as condições mínimas básicas de existência, não teremos condições de nos encarar uns aos outros com a tranquilidade dos que estão em paz com sua consciência. Vivemos, hoje, a situação de escândalo de negar condições de humanidade àqueles que só podem existir com o nosso amor.

E mudar essa situação só depende de nós. Estamos desafiados a acabar com esta situação e recuperar para as crianças, adolescentes e a nós mesmos a condição que dá sentido ao nosso próprio 'viver'."

Boa sorte e sucesso à Frente Parlamentar Catarinense!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Walter Souza) - Registro, ainda, a presença da excelentíssima sra. Cristina Barrichello, vereadora e presidente da Câmara Municipal de Balneário Camboriú; do vereador Claudir Maciel, de Balneário Camboriú; do sr. Osmar Ricardo Labes, neste ato representando a Federação das Empresas de Transporte de Cargas no Estado de Santa Catarina.

Convido para fazer uso da palavra, o excelentíssimo sr. vereador Marcílio Ávila, presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, neste ato representando todos os presidentes das Câmaras Municipais do nosso estado.

O SR. VEREADOR MARCÍLIO ÁVILA - Bom-dia! De forma processual, cumprimento a deputada Simone Schramm e desta forma todos os poderes da esfera legislativa e executiva, os parlamentares federais, estaduais e municipais. Cumprimento também o procurador-geral de justiça do estado de Santa Catarina, dr. Pedro Steil, e também todas as autoridades presentes.

Senhoras e senhores, creio que estamos num momento muito importante, um momento ímpar, um momento em que a federação está cada vez mais distante da população, cada vez mais voltada aos problemas macro do nosso governo, do nosso país, e da mesma forma o estado também em consonância.

Por esse motivo, deputada Simone Schramm, cumprimento v.exa. pela forma como tem conduzido o Fórum Parlamentar e por trazer a Câmara de vereadores, porque ela é o elo da população com o Poder Legislativo. Eu não tenho dúvida de que, assim como eu, como presidente da Câmara Municipal, vários vereadores e presidentes de Câmaras quando voltarem ao seus municípios implantarão o Fórum Parlamentar, que, tenho certeza, terá resultado imediato porque será inserido na sociedade através dos conselhos comunitários e da sociedade civil organizada.

A Câmara Municipal é esse elo direto com a sociedade; é o elo que responde à sociedade pelos seus anseios. Então, parablenho v.exa. por esta oportunidade, por mostrar principalmente a importância. E por isso faço um apelo para que cada presidente de Câmara Municipal leve o documentário Flor de Pessegueiro à sua Câmara e mostre aos conselhos comunitários, às entidades civis organizadas, pois cada um conseguirá, realmente, tocar o coração, como tocou o meu, e cada um vai trabalhar por essa causa, que é mais do que nobre, é humana.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Simone Schramm) - Convidamos para fazer uso da palavra, o excelentíssimo dr. Pedro Steil, procurador-geral de justiça.

O SR. PROCURADOR-GERAL PEDRO STEIL - Excelentíssima sra. deputada Simone Schramm que preside este evento da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima deputada federal Luci Choinacki;

Excelentíssimo vereador Marcílio Ávila;

Parlamentares que se agregam a este evento representando os três segmentos do poder público nacional;

Excelentíssimo secretário César Cim, que neste ato representa o governo do estado;

Srs. membros e autoridades que compõem a mesa, meus colegas, autoridades e demais participantes deste importante evento.

Além do que já disse a colega dra. Helen Cristine Corrêa Sanches desta tribuna, pouco há para acrescentar neste momento. Mas eu faço questão de reiterar aqui o apreço e os cumprimentos do Ministério Público de Santa Catarina à deputada Simone Schramm pela feliz iniciativa, cumprimento que estendo a todos os parlamentares desta Casa pela feliz iniciativa de realizar também em Santa Catarina a implementação da Frente Parlamentar Catarinense pela Criança e pelo Adolescente.

Há uma característica muito importante na agregação e participação deste evento, que é o envolvimento, além dos parlamentares estaduais, dos parlamentares municipais. Sabidamente, é no âmbito do município que acontecem as ações que repercutem os fatos que mais dizem respeito à cidadania, à concretização da cidadania ou, como é o caso do tema aqui debatido e que preocupa, da falta de cidadania, do abuso decorrente da falta de cidadania em diversas circunstâncias.

O envolvimento do Poder Executivo municipal, como já ocorre em algumas ações e agora a intensificação de autoridades municipais no envolvimento desta causa pública de importância constitucionalmente reconhecida, acreditamos que trará os êxitos almejados por todos.

Eu quero também nesta oportunidade cumprimentar a jornalista Angela Bastos pelo brilhante trabalho desenvolvido, pelo êxito alcançado no documentário aqui exibido e por que na sua capacidade profissional foi um pouco além do exercício de uma brilhante profissão - a de jornalista -, agregando o trabalho da cidadã Angela Bastos nessa empreitada, que leva, a partir da exposição, da apresentação recente, no último fim de semana, ao Brasil inteiro um exemplo de jornalismo responsável.

Cumprimentando a jornalista Angela Bastos, estendo os cumprimentos a todos os jornalistas que também têm contribuído de forma significativa a essa causa pública. O Ministério Público, como já disse, agrega-se a essa feliz iniciativa.

Além de tudo o que foi dito desta tribuna, gostaríamos de deixar muito claro que sempre procuramos esgotar todas as ações voltadas à conscientização, ao consenso que se busca na realização de ações, e precisamos que fique muito presente para todas as autoridades, todos os envolvidos no setor público e no setor privado que o Ministério Público não deixará de cumprir com o seu papel de, nas situações emergenciais e graves que infelizmente ocorrem, responsabilizar civil e penalmente os agentes provocadores da violência contra a infância e a juventude, os agentes provocadores do descaso na implementação de políticas públicas.

O Ministério Público, há alguns anos, agrega-se a diversos movimentos sociais com a participação, na maioria das vezes, de agentes públicos e diversas instituições, mas tem seriamente esse compromisso de responsabilizar, com o arsenal de instrumentos legais de que dispõe, agentes particulares que pratiquem infrações graves, como têm ocorrido (e os dados estão aí para a reflexão e a consideração de todos), e os agentes públicos que, infelizmente, em muitos municípios de nosso estado ainda têm-se omitido de forma flagrantemente inconstitucional. Não é um registro agradável de se fazer, mas com a responsabilidade que pesa sobre os ombros do Ministério Público aqui em Santa Catarina e no Brasil afora não podemos desconsiderar essa faceta, essa parte da atuação da instituição.

Por isso reitero, finalizando, os cumprimentos à deputada Simone Schramm e aos demais parlamentares que se encontram nesta Casa pela feliz iniciativa de trilhar a Frente Parlamentar Catarinense e por envolver, como já disse, as casas legislativas dos municípios.

Cumprimento todas as demais autoridades aqui presentes, todas as pessoas, todos os cidadãos e cidadãs que se agregaram à realização deste evento; que o evento seja apenas e tão-somente uma solenidade de lançamento, mas que suas ações efetivamente se propaguem no tempo e em todo o território dos 293 municípios de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. MESTRE-DE-CERIMONIAS (Walter Souza) - Com a palavra o excelentíssimo sr. César Cim, secretário do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, neste momento representando o excelentíssimo governador de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira.

O SR. SECRETÁRIO CÉZAR CIM - Cumprimento, inicialmente, a deputada Simone Schramm, coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense de Proteção à Criança e ao Adolescente, e ao cumprimentá-la, cumprimento os demais representantes do Poder Legislativo que aqui se fazem presentes, com destaque à deputada federal Luci Choinacki e aos demais deputados que por aqui passaram.

Cumprimento o meu querido chefe do Ministério Público do estado, dr. Sérgio Steil e fazendo-o cumprimento o dr. Lio Marcos Marin, presidente da Associação Catarinense do Ministério Público.

Cumprimento a dra. Helen e os demais promotores que aqui se fazem presentes.

Cumprimento também o Comandante da Polícia Rodoviária Federal, bem como o vereador Marcílio Ávila, presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, e ao cumprimentá-lo, cumprimento também todas as demais autoridades vinculadas aos Poderes Legislativos municipais de Santa Catarina.

Cumprimento a jornalista pela reportagem emocionante (fazia tempo que eu não chorava) e o nosso querido dr. Rafael Bruning, juiz de direito, que representa o Poder Judiciário de Santa Catarina;

Cumprimento as demais autoridades que se fazem presentes; autoridades constituídas, governamentais, com destaque para as não-governamentais, que têm dado impulso, que têm sido parceiras, fazendo principalmente aquilo que o poder público não consegue fazer.

Cumprimento as senhoras e os senhores.

O Brasil é pródigo em leis, já disse a dra. Helen Cristine Corrêa Sanches. Nós temos as melhores leis do mundo, mas infelizmente elas não são cumpridas. Isso acontece também com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma das melhores leis do mundo, a exemplo de tantas outras que nós temos. E a solução? A solução, deputada Simone Schramm, é essa que v.exa. está buscando agora; é a mobilização; é a participação; é o chamamento do poder público à responsabilidade, da sociedade civil organizada, especialmente das famílias. Não vamos esquecer das famílias. É importante que se faça um trabalho de organização da família. Se esquecermos as famílias, vamos acabar conflitando com elas; se investirmos nas famílias, teremos grande parte do problema solucionado.

(Passa a ler)

"No mês em que Santa Catarina celebra o Dia Estadual de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes podemos comemorar a prática de nossa teoria, a união dos esforços, porque certamente a instalação desta Frente Parlamentar Catarinense pela Criança e Adolescente, aderindo ao Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência, irá beneficiar nosso estado com o início de novos projetos e parcerias, dos quais, não tenham dúvida, o governo

Luiz Henrique da Silveira está disposto a participar e contribuir, pois o combate aos graves problemas que afetam o cotidiano de nossos meninos e meninas não pode ficar restrito a determinados setores. Todos devemos contribuir para garantir os direitos de nossas crianças e adolescentes.

E é também nessa ótica que o governo do estado articula para o próximo mês, nos dias 26 e 27, a realização da 6ª conferência estadual de aprofundamento das questões que envolvem toda a rede de proteção dos direitos infanto-juvenis em Santa Catarina. Um evento precedido por conferências municipais e regionais para levantar localmente os problemas e os avanços ocorridos desde 2003 na implantação dos direitos e garantias infanto-juvenis."

Senhora coordenadora, deputada Simone Schramm, não vamos esquecer dos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente. É importante tê-los como parceiros, eles que já vêm trabalhando e há tanto tempo lutando em benefício das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

O governo do estado tem desenvolvido algumas ações. E alguém tem perguntado: mas isso é tudo? Evidentemente que não é! É pouco? Claro que é muito pouco! Às vezes, em nossa secretaria, o meu corpo técnico se sente impotente diante da gravidade da situação no que toca à política de assistência social da criança e do adolescente.

Senhora coordenadora, deputada Simone Schramm, e dr. Pedro Steil, procurador-geral de justiça, vim aqui, em nome do sr. governador Luiz Henrique da Silveira, para dizer que o governo do estado, através da secretaria de estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, quer ser parceiro desta iniciativa porque tem certeza de que, juntamente com os demais trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, propiciará a oportunidade de as nossas crianças e os nossos adolescentes terem num curto espaço de tempo aquela justiça social e aquela cidadania, que nós, como agente público, sonhamos, e que os senhores, como pessoas responsáveis, principalmente na condição de pais e de mães, também sonham.

Que Deus abençoe esta iniciativa e que esta benção seja extensiva a todas aquelas que já estão acontecendo, e que possamos, deputada Simone Schramm, orgulhar-nos muito dela.

Parabéns e obrigado pela oportunidade!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Walter Souza) - Registramos ainda a presença do excelentíssimo sr. vereador Ronaldo Raulino, presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, como também a de uma equipe do município de Içara.

Neste momento será lida a mensagem enviada pela senadora Patrícia Saboya sobre a Frente Parlamentar Catarinense pela Criança e pelo Adolescente.

(Passa a ler)

"Prezada deputada Simone Schramm, prezados deputados e deputadas da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Antes de tudo, gostaria de pedir desculpas pela impossibilidade de comparecer a este evento que é da maior importância para a luta diária pelo cumprimento dos direitos de meninos e meninas do nosso país. No entanto, em decorrência dos intensos trabalhos legislativos no Congresso Nacional, não tive condições de estar presente à cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar Catarinense pela Criança e pelo Adolescente. Mas gostaria de externar, por meio destas breves palavras, a minha alegria, a minha satisfação e o meu orgulho ao ver que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina está cada vez mais empenhada na batalha por melhores condições de vida para a população infanto-juvenil.

Desde que entrei na vida pública tenho procurado me dedicar, com especial atenção, à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Ao longo dessa caminhada não foram raras as vezes que ouvi de políticos, correligionários e amigos que eu deveria deixar essa bandeira um pouco de lado para me concentrar mais naqueles assuntos considerados 'nobres', como as questões econômicas. Sempre tive enorme dificuldade para entender essa lógica porque acredito que não há nada mais nobre para um homem ou uma mulher pública do que defender as crianças e os adolescentes. E defender nossas crianças não é apenas uma tarefa que devemos encarar agora para garantir um Brasil melhor no futuro. Defendê-las é uma tarefa que devemos assumir agora para garantir um país melhor hoje e sempre.

Estou convencida de que o Parlamento, em suas três instâncias, deve desempenhar um papel central na busca pela transformação da vida de milhões de crianças e adolescentes que, infelizmente, ainda enfrentam um dia-a-dia marcado pelas dificuldades de acesso a boas escolas, serviços de saúde de qualidade, moradia digna, saneamento básico, cultura e lazer.

A experiência da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente do Congresso Nacional, que tem mais de 12 anos de existência, mostra que movimentos suprapartidários como este são instrumentos de peso na cruzada por um cotidiano melhor para meninos e meninas. Atualmente, a Frente Parlamentar conta com 133

deputados e 25 senadores engajados nessa causa - um número recorde de participantes na sua história e, portanto, uma prova inequívoca de que a pauta da infância e da adolescência conquista cada vez mais corações e mentes no parlamento brasileiro. Desde 2003, passamos a ter uma coordenação colegiada da Frente, com as deputadas Maria do Rosário e Telma de Souza no comando na Câmara e eu, no Senado.

Mas o enfrentamento de problemas que afetam de maneira perversa o dia-a-dia de meninos e meninas não pode ficar restrito ao âmbito federal. Por isso, entendemos que é preciso estimular a criação de frentes parlamentares em defesa da infância e da adolescência nos estados e nos municípios de todo o país. É por esse entendimento que propusemos, em maio último, o Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência, que teve a adesão de 11 Assembléias, contando inclusive com o estimado apoio de Santa Catarina. Essa iniciativa vem provocando um grande interesse entre deputados estaduais e vereadores de todo o país, que já se organizam para instituir frentes parlamentares em defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Queremos realmente criar uma grande e sólida rede de defesa dos direitos dos mais jovens, unindo parlamentares no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, em torno do firme propósito de garantir que toda criança brasileira tenha condições de desenvolver plenamente as suas potencialidades. Tenho certeza de que hoje, com o lançamento da Frente Catarinense pela Criança e pelo Adolescente, avançamos um pouco mais nessa empreitada. Contem sempre conosco no Congresso Nacional!

Um grande abraço para todos os presentes.

(a)Patrícia Saboya Gomes"

Convidamos a sra. deputada estadual Simone Schramm e o presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, vereador Marcílio Ávila, neste ato representando os presidentes de todas as Câmaras Municipais de Santa Catarina, para assinarem o Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e pela Adolescência.

(Procede-se à assinatura do pacto.)

(Palmas)

Convido agora para fazer uso da palavra a sra. deputada federal Luci Choinacki.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL LUCI CHOINACKI - Primeiramente, o meu bom-dia a todos e a todas. Devido à hora, em nome da deputada Simone Schramm, quero cumprimentar todas as autoridades da mesa e dizer da importância que tem esse protocolo que está sendo assinado, através do qual a Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal, através do presidente Marcílio Ávila, fazem um pacto em prol de crianças e adolescentes.

Gostaria de cumprimentar o Ministério Público, todas as autoridades, a Angela Bastos, pela coragem de levar a público a violência entre quatro paredes, eis que muitas vezes as vítimas não têm como denunciar, até pelo processo educacional, cultural no país, tendo as mulheres sempre que tomar as providências. E se elas não tiverem amparo, coragem e mudança da cultura, terão dificuldades. Então, parabéns, porque se abre outro processo de frente de luta e de mudança de cultura.

Quero também dizer com poucas palavras que a Frente Parlamentar em Brasília tem trabalhado bastante em projetos. Tivemos a CPI da Violência Infanto-Juvenil, que levantou horrores no tratamento das crianças no Brasil. E observando tudo que já foi dito, vejo que é um processo de civilização desumana, um processo de civilização que colocou não o ser humano em primeiro lugar, mas colocou o dinheiro, uma visão desenvolvimentista, uma visão de poder, uma visão autoritária, quando vemos na natureza a construção de uma sociedade que colhe dor, sofrimento, há muito tempo.

Assim, cabe a todos os espaços, a todas as autoridades discutir que processo de civilização, que mundo civilizado queremos. Só queremos essa civilização na qual poucos têm direito e muitas crianças são vítimas.. Até porque temos 13 milhões de crianças de zero a três anos de idade e apenas 11% possuem creche e 6% possuem creche pública. Isso significa que a outra parte, a que tem dinheiro, paga creche para as crianças.

Onde ficam os filhos das empregadas domésticas? Os filhos das mulheres pobres, que têm que trabalhar e trabalham em vários setores? Onde é que ficam essas crianças? Com quem ficam essas crianças? Por isso, esse pacto precisa levar em conta algumas questões fundamentais que nós precisamos tratar - a defesa do direito da infância, da adolescência com recursos e políticas públicas -, porque não adianta somente assinar convênios e protocolos, eis que sem recursos públicos não há atendimento à infância, à adolescência.

E muitos dizem que a criança é o futuro! Fico indignada com isso, porque a criança é o presente. E se os senhores não desenvolverem esse presente em todos os sentidos da dimensão da vida educacional, da parte lúdica como ser humano, continuarão construindo cadeias, sim.

Então, o país precisa optar, a sociedade precisa optar que processo de civilização ela quer para este mundo, para este país tão importante e tão bonito, que pode contribuir com outros países no mundo e aqui na América Latina.

Fico observando e com muita indignação falei com a Angela Bastos, que fez um trabalho com a pobreza das mulheres no Brasil. E as mulheres e as crianças caminham juntas, porque hoje, em mais de 30% das famílias, quem cuida das crianças são apenas as mulheres, que são não só provedoras do cuidado com elas, mas também do alimento, porque a maior parte são pobres. Poucas recebem pensão, a maior parte sustenta sozinha seus filhos.

Então, precisamos olhar em que situação se encontram milhares de mulheres com os seus filhos portadores de deficiência, porque muitas vezes são ainda violentadas por não terem espaço para ficar. Tudo o que foi feito ainda é pouco para tirá-las da condição de desumanidade, pois vivemos em uma sociedade que tem uma visão desumana.

Temos 5,5 milhões de crianças trabalhando no espaço doméstico, terceirizadas! Não é na sua casa, ajudando pai e mãe, não! São terceirizadas, que precisam trabalhar e deixar de estudar. E para mim, além da violência sexual, não existe pior violência do que uma criança trabalhar no espaço doméstico. O espaço doméstico se torna uma cadeia para as crianças, que a sociedade tem vergonha de dizer, assumir e combater. Por isso, precisamos enfrentar isso, porque lugar de criança não é trabalhando em serviços terceirizados no espaço doméstico, mas, sim, na escola.

O governo fez o programa Bolsa-Escola, que está atingindo, hoje, em torno de oito milhões de pessoas, famílias, que estão recebendo, mas precisa de muito mais para que essas crianças não fiquem na rua, não fiquem trabalhando em serviços domésticos terceirizados, mas que fiquem na escola, no esporte, desenvolvendo-se, para que pensemos um futuro, um país com outro processo de civilização.

Então, todo esse trabalho que é feito é importante, mas todo ele precisa de recurso, além de se fazer um enfrentamento, sim, da cultura. Nós temos uma cultura que ainda é machista, sim. É machista não porque os homens gostariam que fosse. Alguns já perceberam que os seres humanos, tanto homens quanto mulheres, têm a mesma possibilidade, podem construir as mesmas relações sociais, humanitárias, podem viver em conjunto, têm capacidade do mesmo desenvolvimento, não só na produção de bens e de riqueza como também na produção intelectual.

Precisa existir essa compreensão também nos direitos sexuais das crianças, das mulheres, de todas as pessoas, com direito à sua sexualidade, de ver a sua infância com os seus direitos também. E muitas vezes nós achamos bonito uma criança que se erotiza aos cinco anos ou seis anos de idade. Ela não viveu a sua infância. A sua infância é para viver a liberdade, sem se preocupar em se exibir, em expor o seu corpo. E isso tudo é porque temos uma sociedade na qual o mercado vale mais do que os seres humanos.

Nós precisamos fazer uma reflexão, garantir a luta do direito à creche, do direito à infância para todas as crianças, não porque as mulheres precisam trabalhar, mas porque é direito da criança. E a Constituição brasileira, em 88, pela primeira vez previu o direito à infância sem restrições. Não coloca como direito da infância só se a mãe for trabalhar, se alguém vai trabalhar, não. Coloca que é um direito da criança. E em todos os protocolos que assinamos temos essa preocupação.

Senhores, a morte de adolescentes e crianças no Brasil nos espanta, porque ainda a nossa visão não é uma visão de uma sociedade de inclusão, de humanização, mas é de uma sociedade que aos poucos, talvez, vá caminhando, e isso vai gerando conflitos muitas vezes dentro da nossa casa.

Eu disse às empregadas domésticas que a primeira questão que nós vamos discutir não é a carteira assinada. Sabem qual é? É o quarto da empregada doméstica. O quarto da empregada doméstica reflete a relação social de escravidão e de exclusão que o país tem ainda, porque os quartos, na maioria, são perto da lavanderia, não têm janela, não têm ventilação, e se a empregada pensa, tem que sair do quarto, porque os dois não cabem dentro.

Então, este é o Brasil que ainda precisamos enfrentar, essa cultura brasileira, herança de 380 anos de escravidão, de vários anos de ditadura militar, e nós estamos lutando para construir a democracia.

Eu penso, quando vejo alguns filósofos e teóricos discutindo - e concordo com eles -, que não adianta só a punição do agressor, também precisamos reeducá-lo para uma outra sociedade, porque combater violência com violência vai fazer com que o agressor fique mais violento. Precisamos, sim, ter ações de punição, como uma forma de ele se educar para uma outra sociedade. Ele precisa educar-se para a sociedade que nós queremos.

Então, é um processo importante, e se nós colocarmos das nossas tribunas, dos nossos espaços, uma outra visão não apenas de mercado, mas uma visão humana, tenho certeza de que o país estará caminhando num processo em que a vida das pessoas valerá mais do

que o dinheiro, do que a aparência. O que valerá será a essência dos seres humanos. Acho que esse é o grande desafio deste milênio.

E para encerrar a minha contribuição, gostaria de dizer que mulheres e crianças não se separam, porque ainda essa é a cultura. Poucos homens ainda assumem o processo de cuidar das crianças, cuidar da vida, dos doentes, se ainda for nesse sentido. Não que as mulheres precisem continuar a fazer sozinhas, mas a nós cabe fazer essa reflexão e chamar o poder público a cumprir o seu papel e não confiar às mulheres essa responsabilidade quase exclusiva. Nós precisamos dividir com a sociedade e o poder público o processo de educação, do direito à vida e também do direito à infância, porque não cabe só à mãe essa responsabilidade, não. Ela tem responsabilidade, mas a sociedade tem uma parte e o poder público também.

Deixo um grande abraço ao Ministério Público, à deputada Simone Schramm, às deputadas e deputados que estão assumindo a liderança dos movimentos sociais. Eu sei que é um desafio, cada dia é um novo desafio, mas sem os desafios os conflitos não se resolvem nem os problemas. E é nos conflitos que se dá o olhar para uma construção de um mundo diferente. Isso eu aprendi na minha militância política, dizendo que nunca foi fácil para fazer política, quando não se coloca o mercado em primeiro lugar e sim quando se coloca o ser humano. Mas esse é o nosso grande desafio.

Parabéns a todas e a todos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Walter Souza) - Neste momento um grupo de crianças e adolescentes fará a apresentação do pau-de-fita na perna de pau, com música de São João, sob a coordenação do professor João Nilson Costa.

Informamos que este pessoal, para orientar a todos, é do Centro de Valorização Humana, Moral e Social Fazenda Santo Agostinho, da cidade de Florianópolis. Essa garotada faz parte do Projeto Família Saudável.

(Procede-se à apresentação do grupo folclórico.)

(Palmas)

O nosso agradecimento a este belíssimo trabalho do professor João Nilson Costa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputado Simone Schramm) - Agradecemos muitíssimo a todos a presença neste encontro da Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Infância e da Adolescência.

Está encerrado o encontro.

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1071

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Dispõe sobre a concessão e o cancelamento de inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS dos estabelecimentos que menciona e adota outras providências", por ser inconstitucional.

O parecer da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 28 de setembro de 2005

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA GABINETE DO SECRETÁRIO OFÍCIO SEF/GABS 941/2005

Florianópolis, 15 de setembro de 2005.

Exmo. Sr.

JOÃO BATISTA MATOS

Secretário de Estado

Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação

Centro Administrativo do Governo do Estado

NESTA

Senhor Secretário,

Conforme solicitado no Ofício nº 2383/DIAL-GEMAT, encaminho a Vossa Senhoria parecer técnico nº 109/05, emitido pela Gerência de Tributação - GETRI da Diretoria de Administração Tributária, que trata do Autógrafo Legislativo nº 0103/05.

Atenciosamente,

MAX ROBERTO BORNHOLDT

Secretário de Estado da Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
COMUNICAÇÃO INTERNA

Nº577/2005	
DE: Diretor de Administração Tributária	DATA 15/09/05
PARA: Secretário de Estado da Fazenda	
ASSUNTO: Autógrafo Legislativo nº 0103/05	
Senhor Secretário, Segue em anexo, parecer da gerência de tributação nº 109/05, referente ao AUTÓGRAFO LEGISLATIVO Nº 0103/05. Atenciosamente, Renato Luiz Hinnig Diretor de Administração Tributária	

PARECER GETRI Nº: 109/05

REFERÊNCIA: OFÍCIO Nº 2383-DIAL - GEMAT

AUTÓGRAFO LEGISLATIVO Nº 0103/05

EMENTA: Dispõe sobre a concessão e o cancelamento de inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS para determinados contribuintes.

Senhor Gerente,

Cuida-se de autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que dispõe sobre a concessão e o cancelamento de inscrições no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CCICMS para estabelecimentos que desenvolvam a atividade econômica de importação, distribuição e de Transportador-Revendedor-Retalhista - TRR de combustível automotivo derivado ou não de petróleo.

2. Os artigos 1º e 2º do autógrafo em análise estabelecem regras especiais para a concessão e o cancelamento de inscrição no CCICMS, aplicáveis somente aos estabelecimentos que menciona.

3. Tem-se que a legislação tributária vigente (Regulamento do ICMS/SC, Anexo 5, artigos 3º, 4º e 12) já define as regras gerais para a concessão, suspensão e o cancelamento de inscrições no CCICMS, aplicáveis a todos os contribuintes catarinenses, sem qualquer distinções. Aliás, conforme remansada doutrina, definir as regras de gestão relativas ao cadastro de contribuintes (obrigação tributária acessória) é matéria de competência do Poder Executivo, especificamente através do poder regulamentar da Administração Pública. Sobre o tema, leciona Diógenes Gasparini (*In Poder Regulamentar*, 1982, p.27):

"O fundamento da atribuição regulamentar, exercido primordialmente por determinados órgão do Poder Executivo, é originário, porque no regime tripartido de funções lhe cabe, em primazia, dar execução às leis e o regulamento constitui o primeiro momento para essa execução"

4. Ao estabelecer critérios especiais, claramente discriminatórios e obstaculizantes, para a concessão de inscrições no CCICMS, bem como, regras especiais, nitidamente de caráter punitivo, que resultam no cancelamento da correspondente inscrição, aplicáveis apenas a alguns contribuintes, e tendo como critério de escolha somente a atividade econômica por eles desenvolvida, o autógrafo em comento desrespeita o princípio constitucional da isonomia tributária, insculpido no artigo 150, III da CRFB, que veda expressamente a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituírem desigual para contribuintes que encontrem em situações equivalentes.

5. Ademais, as medidas discriminatórias e punitivas estabelecidas pelo autógrafo analisado afrontam outros princípios constitucionais, pois, segundo Eduardo Bosquiani:

"É objetivo do legislador proteger o contribuinte da humilhação, da vergonha (meios vexatórios), bem como dos ônus excessivos (meios gravosos). Tal proteção, porém, só diz respeito a vexames ilegais ou inconstitucionais. Merecem nesse passo especial estudo as sanções políticas. Na definição de Hugo de Brito Machado, elas correspondem a proibições ou restrições impostas a contribuinte como meio indireto de exigência do tributo. Assim, seriam exemplos a interdição de estabelecimento, a apreensão de mercadorias, o regime especial de fiscalização, a suspensão e o cancelamento da inscrição no cadastro fazendário etc.". O mesmo autor afirma:

"tais práticas seriam flagrantemente inconstitucionais, pois, a uma, implicaram indevida restrição ao direito de exercício de atividades econômicas independentemente de autorização de órgãos públicos (art. 170, par.ún, da CF) ou a direito de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, e, as duas, configuram cobrança sem o devido processo legal, e por consequência haveria violação do direito de defesa do administrado, até porque a autoridade que impõe a restrição não é, no mais das vezes, a que tem a competência para verificar a legalidade do tributo exigido".(Excesso de Exação. RTFP 34:81, São Paulo: Ver.Tribunais, 2000. p.99).

6. De outro norte, apura-se nos artigos 3º, 6º e 8º, que o objetivo primordial do legislativo foi criar medidas inerentes ao poder de polícia, tendentes a viabilizar a fiscalização das especificações técnicas relativas à qualidade dos produtos que menciona, bem como, impor sanções de natureza administrativa àqueles contribuintes que descumprirem estas especificações que, via de regra, são descritas pelo órgão federal competente. Oserve-se que essa atribuição, evidentemente, é alheia a Administração Tributária Estadual.

7. O parágrafo único do artigo 3º do autógrafo determina que: *"A desconformidade referida no caput será apurada pela Secretaria de Estado da Fazenda e comprovada....."*. O verbo **apurar**, em vernáculo, significa averiguar, fiscalizar.

8. Nestes termos, verifica-se que o Poder Legislativo Catarinense está imputando nova atribuição à Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, órgão integrante do Poder Executivo Estadual, e cujas atribuições já estão definidas no artigo 55 da Lei Complementar nº 284/05.

9. Este fato deixa evidente a invasão da competência privativa do Governador pela Assembléia Legislativa, pois, *ex vi* do artigo 50, § 2º, VI da Constituição do Estado de Santa Catarina é de iniciativa privativa do Governador do Estado a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estados e órgão da administração direta.

10. Considerando-se que toda a matéria tratada no autógrafo gravita em torno da nova atribuição inerente ao poder de polícia a ser exercida pela SEF, ou das medidas discriminatórias relativas à inscrições no CCICMS aplicáveis apenas a alguns contribuintes, tem-se que o presente autógrafo está eivado de dupla inconstitucionalidade conforme acima demonstrado.

11. Além do acima exposto, o autógrafo sob exame, ao criar obstáculos à inscrições no CCICMS para alguns contribuintes, e ao impor o cancelamento da correspondente inscrição como medida meramente sancionatória, afronta o interesse público, pois, como é cediço, está presente na agenda nacional a necessidade de se facilitar a regularização das empresas para diminuir a vultosa informalidade existente no país. Destarte, em prevalecendo as medidas obstaculizantes e punitivas criadas pelo autógrafo, estar-se-á contribuindo para o aumento da informalidade no setor discriminado.

12. Por isso, sem embargo à importância social da matéria tratada no autógrafo, recomenda-se o **VETO INTEGRAL** do diploma aprovado pela Assembléia Legislativa, nos termos do § 1º do art. 54 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Getri, em Florianópolis, 14 de setembro de 2005.

Lintney Nazareno da Veiga

AFRE - Mat. 19142.2

DE ACORDO, à consideração do Diretor de Administração Tributária.

Getri, em Florianópolis, 14 de setembro de 2005.

Ramon Santos de Medeiros

Gerente de Tributação

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR**MENSAGEM Nº 1098**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do § 5º do artigo 122 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 0398.3/2005 que "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2006".

Palácio Santa Catarina, 19 de outubro de 2005

JULIO CESAR GARCIA

Governador do Estado, em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 20/10/05

PROJETO DE LEI Nº 0398.3/2005**EMENDA MODIFICATIVA**

O Anexo Único do Projeto de Lei nº 0398.3/2005, passa a vigorar com a seguinte alteração:

AÇÃO A SER REDUZIDA:

5200 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
5294 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -

FUNDOSOCIAL

Atividade Desenvolvimento de ações na área de desenvolvimento social, trabalho e renda

Código 5294.041235952.0039

Produto Projetos e ações voltados ao desenvolvimento social, trabalho e renda nos municípios catarinenses

3. DESPESAS CORRENTES

3.3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50. Transferências a Instituições Privadas sem Fins

Lucrativos

3.3.50.43.00 (0161) Subvenções Sociais R\$ 8.400.000

AÇÃO A SER CRIADA:

5200 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
5294 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -

FUNDOSOCIAL

Atividade Desenvolvimento de ações na área de atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais

Código 5294.082425952.6647

Produto Transferência de Recursos à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE's

3. DESPESAS CORRENTES

ORIGEM DOS RECURSOS

Programa	Ação	Descrição
595	0039	Desenvolvimento de ações na área de desenvolvimento social, trabalho e renda

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Programa	Ação	Descrição
595	6647	Desenvolvimento de ações na área de atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais

PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Programa	Ação	Descrição	Unidade	Programado	Alterado	Saldo
595	0039	Desenvolvimento de ações na área de desenvolvimento social, trabalho e renda	Unidade	70,0	0,0	70,0
	6647	Desenvolvimento de ações na área de atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais	Entidades	0,0	185,0	185,0

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR**MENSAGEM Nº 1099**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do § 5º do artigo 122 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 0397.2/2005 que "Altera, para o período de 2006-2007, dispositivos da Lei nº 12.871, de 16 de janeiro de 2004, modificada pela Lei nº 13.323, de 20 de janeiro de 2005, que dispõem sobre o Plano

ANEXO I

PLANO PLURIANUAL 2004-2007**PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FINANÇEIRA - REVISÃO 2006**

PROGRAMA
AÇÃO

595 - GESTÃO DO FUNDO SOCIAL

0039- Desenvolvimento de ações na área de desenvolvimento social, trabalho e renda

6647- Desenvolvimento de ações na área de atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais

3.3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50. Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

3.3.50.43.00 (0161) Subvenções Sociais R\$ 8.400.000

JUSTIFICATIVA

A Exposição de Motivos nº 328/2005, da Secretaria de Estado do Planejamento, em anexo, a qual acato na íntegra, expõe de forma clara e precisa as razões da alteração proposta nesta Emenda Modificativa.

Florianópolis, 19 de outubro de 2005

JULIO CESAR GARCIA

Governador do Estado, em exercício

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº 328/2005

Florianópolis, 13 de outubro de 2005.

Excelentíssimo Senhor

JÚLIO CÉSAR GARCIA

Governador do Estado, em exercício

Nesta

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência as inclusas propostas de emendas aos projetos de leis de alteração do Plano Plurianual 2004/2007 e de orçamento em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2. As adequações ora propostas objetivam a criação de atividade específica no Plano Plurianual 2004/2007 e no Orçamento do Estado para alocar os recursos a serem repassados às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, em virtude de alteração na legislação do FUNDOSOCIAL.

3. Os recursos irão viabilizar o atendimento especializado social e educacional aos portadores de deficiência física, mental ou sensorial no Estado de Santa Catarina.

4. Desta forma, observa-se o que dispõe o art. 122, § 5º, da Constituição Estadual.

5. Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a área de assistência social no Estado, sugerimos a Vossa Excelência o encaminhamento das presentes propostas de emendas ao PPA 2004/2007 e ao projeto de lei orçamentária à Assembléia Legislativa do Estado, na forma em que se encontram redigidas as proposições em anexo.

Respeitosamente

Armando Cesar Hess de Souza
Secretário de Estado do Planejamento

VALORES EM R\$ 1,00

Fonte	Programado	Reduzido	Saldo
OGE	51.860.00	8.400.000	43.460.000

VALORES EM R\$ 1,00

Fonte	Programado	Suplementado	Saldo
OGE	00	8.400.00	8.400.000

Unidade	Programado	Alterado	Saldo
Unidade	70,0	0,0	70,0
Entidades	0,0	185,0	185,0

UNIDADE	QUANTIDADE	EF	VALOR EM R\$ 1,00
Unidade	70,0	OGE	43.460.000
Entidades	185,0	OGE	8.400.000

JUSTIFICATIVA

A Exposição de Motivos nº 328/2005, da Secretaria de Estado do Planejamento, em anexo, a qual acato na íntegra, expõe de forma clara e precisa as razões da alteração proposta nesta Emenda Modificativa.

Florianópolis, 19 de outubro de 2005

JULIO CESAR GARCIA

Governador do Estado, em exercício

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 328/2005

Florianópolis, 13 de outubro de 2005.

Excelentíssimo Senhor

JÚLIO CÉSAR GARCIA

Governador do Estado, em exercício

Nesta

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência as inclusas propostas de emendas aos projetos de leis de alteração do Plano Plurianual 2004/2007 e de orçamento em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

ORIGEM DOS RECURSOS

Programa	Ação	Descrição	Fonte	Programado	Reduzido	Saldo
595	0039	Desenvolvimento de ações na área de desenvolvimento social, trabalho e renda	OGE	51.860.00	8.400.000	43.460.000

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Programa	Ação	Descrição	Fonte	Programado	Suplementado	Saldo
595	6647	Desenvolvimento de ações na área de atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais	OGE	00	8.400.00	8.400.000

PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Programa	Ação	Descrição	Unidade	Programado	Alterado	Saldo
595	0039	Desenvolvimento de ações na área de desenvolvimento social, trabalho e renda	Unidade	70,0	0,0	70,0
	6647	Desenvolvimento de ações na área de atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais	Entidades	0,0	185,0	185,0

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1102**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art.54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o autógrafo do projeto de lei que "Dispõe sobre o apoio a iniciativas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores", vetando, contudo, o art. 3º, por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 19 de outubro de 2005

JULIO CESAR GARCIA

Governador do Estado, em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 20/10/05

ESTADO DE SANTA CATARINA**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

PAR. 286/05

Processo PPGC 11732/059

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

Assunto: Análise de Autógrafo: Lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre o apoio à iniciativa de comercialização entre agricultores familiares e consumidores.

EMENTA: AUTÓGRAFO. PROJETO DE LEI DE ORIGEM PARLAMENTAR QUE DISPÕE SOBRE O APOIO À INICIATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES E CONSUMIDORES. DETERMINAÇÃO PARA QUE O PODER EXECUTIVO APOIE AS INICIATIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIRETA ENTRE AGRICULTORES E CONSUMIDORES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS. DETERMINAÇÃO NO SENTIDO DE QUE O ESTADO PRESTE AUXÍLIO TÉCNICO E MATERIAL AOS MUNICÍPIOS PRODUTORES, FORNECENDO AINDA CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS. AUSÊNCIA DE

2. As adequações ora propostas objetivam a criação de atividade específica no Plano Plurianual 2004/2007 e no Orçamento do Estado para alocar os recursos a serem repassados às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, em virtude de alteração na legislação do FUNDOSOCIAL.

3. Os recursos irão viabilizar o atendimento especializado social e educacional aos portadores de deficiência física, mental ou sensorial no Estado de Santa Catarina.

4. Desta forma, observa-se o que dispõe o art. 122, § 5º, da Constituição Estadual.

5. Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a área de assistência social no Estado, sugerimos a Vossa Excelência o encaminhamento das presentes propostas de emendas ao PPA 2004/2007 e ao projeto de lei orçamentária à Assembléia Legislativa do Estado, na forma em que se encontram redigidas as proposições em anexo.

Respeitosamente

Armando Cesar Hess de Souza
Secretário de Estado do Planejamento

VALORES EM R\$ 1,00

Fonte	Programado	Reduzido	Saldo
OGE	51.860.00	8.400.000	43.460.000

VALORES EM R\$ 1,00

Fonte	Programado	Suplementado	Saldo
OGE	00	8.400.00	8.400.000

PREVISÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA. AUMENTO DE DESPESA. INCOSTITUCIONALIDADE FORMAL. VÍCIO DE INICIATIVA. OFENSA AOS ARTS. 61, §1º, II, "b" e "e", e 167, I, DA CF C/C ARTS. 50, § 2º, III e VI, e 123, I, DA CE. PARECER NO SENTIDO DE APOSIÇÃO DE VETO PARCIAL.

Senhor Procurador-Geral:

Versa o expediente sobre solicitação formulada pelo Secretário de Estado da Coordenação e Articulação a respeito de parecer desta Casa sobre autógrafo submetido à apreciação do Sr. Governador do Estado pela Assembléia Legislativa do Estado, em projeto de lei, de origem parlamentar, que "dispõe sobre o apoio à iniciativa de comercialização entre agricultores familiares e consumidores".

Ressalte-se que a presente análise não aborda o mérito do projeto de lei, cingindo-se à verificação de sua adequação aos textos constitucionais Federal e Estadual.

Os arts. 1º e 2º do projeto aprovado pelo Parlamentar Catarinense, estabelecendo diretrizes de política estadual, não apresenta contrariedade ao ordenamento jurídico pátrio, ao contrário, vão ao encontro das disposições contidas no 144 e ss. da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A mesma conclusão não se estende ao art. 3º, que prescreve uma série de tarefas executivas a serem desempenhadas pelo Estado, envolvendo a prestação de auxílio técnico aos municípios em diversas áreas, desenvolvimento de projetos e obras para implantação, melhoria e administração de feiras livres municipais, promoção de capacitação técnica de agentes públicos municipais, desenvolvimento de diagnósticos sobre o mercado consumidor, cadastramento de agricultores, fornecimento de assistência técnica e treinamento a agricultores, doação de equipamentos a agricultores e municípios, estabelecimento de linhas de crédito, promoção de campanhas de valorização e de divulgação de feiras livres, etc.

Quanto ao aspecto material, não se verifica qualquer óbice, vez que é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, consoante o disposto no art. 23, VII, da CF/88. E, como lecionam Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins, "as competências podem ser privativas, concorrentes e comuns. Nas competências privativas apenas aquele poder emuniciado, constitucionalmente pode exercê-la. Nas concorrentes as diversas esferas atuantes podem dela usar, mas no conflito prevalece a da União sobre

Estados e Municípios e dos Estados sobre os Municípios. Nas competências comuns, todos podem atuar sem necessidade de prevalência, em face de conflito não se colocar (In Comentários à Constituição do Brasil, 3º volume, tomo I, São Paulo: Saraiva, 1992, p. 242)

Ademais, de acordo com o artigo 144 e ss. da Constituição do Estado de Santa Catarina, a política rural volta-se efetivamente para o atendimento aos agricultores nos modos estabelecidos no texto legal ora analisado.

Ocorre, porém, que programas dessa natureza implicam indiscutível aumento de despesa e criam atribuições ao Executivo, interferindo na organização administrativa e envolvendo matéria financeira e orçamentária, de sorte que a iniciativa de lei nesse sentido é privativa do Poder Executivo, conforme explícito no art. 61, § 1º, inciso da Constituição Federal, de observância obrigatória pelos Estados, por encerrar corolário do princípio da independência dos poderes, conforme pacífico entendimento do Supremo Tribunal Federal, pelo que também expresso no art. 50 da Constituição Estadual:

"Art. 61 (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - dispõem sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;"(g.n)

"Art. 50...(...)

(...)

§ 2º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que dispõem sobre:

III - o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

IV - a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública."

A iniciativa de lei acerca de tal matéria é privativa do Sr. Governador do Estado, por disposição constitucional, restando evidente, portando, a inconstitucionalidade formal do art. 3º do projeto em virtude da ocorrência de vício de iniciativa, merecendo o veto do Sr. Governador do Estado.

Além disso, o projeto em comento, acarretando despesa, não prevê a origem dos recursos a serem aplicados para a realização do mencionado programa de incentivo, descumprindo a obrigação de indicação da dotação orçamentária que dará suporte ao início do programa.

Prescreve o art. 123, inciso I, da Carta Estadual:

"Art. 123. É vedado:

I - iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;"

O objetivo é evitar que as despesas estaduais, previamente aprovadas por lei, venham a ser recrudescidas, ferindo a lei orçamentária. Analisando o orçamento, José Afonso da Silva assevera que "entram como seu conteúdo básico a estimativa da receita e a autorização da despesa, que são apresentadas em forma de partidas dobradas em seu aspecto contábil. Mas o orçamento não se define mais como simples 'atos de previsão e de autorização de receitas de receitas e de despesas públicas'. É uma peça de governo muito mais complexa do que isso, porque é o processo e o conjunto integrado de documentos pelos quais se elaboram, se expressam, se aprovam, se executam e se avaliam os planos e programas de obras, serviços e encargos governamentais, com estimativa da receita e fixação das despesas de cada exercício financeiro". (in: Curso de Direito Constitucional Positivo, São Paulo: Malheiros, 1999, 16ªed., p.712).

Em casos análogos, decidiu o Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL DE LAGES DE ORIGEM LEGISLATIVA QUE DETERMINA A DOAÇÃO DE ÓCULOS E EXAMES OFTALMOLÓGICOS GRATUITOS - PROGRAMA NÃO INCLuíDO NA LEI ORÇAMENTÁRIA - DIRETRIZ ORÇAMENTÁRIA - AUMENTO DE DESPESA - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. C.E ARTS. 50, § 2º, III, 123, I. Incide em inconstitucionalidade formal Lei de origem parlamentar que versa sobre matéria reservada a iniciativa do Executivo. Decisão: por maioria de votos, rejeitar a preliminar suscitada, e por votação unânime, julgar procedente a ação. Custas de lei. (TJSC, AÇÃO DIRETA

DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 91, LAGES, Rel. Des. AMARAL E SILVA, in Dj nº 9.377, de 14-12-95, p.08)

ADIN. (...) AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR A IDOSOS E DEFICIENTES FÍSICOS. EXIBESSE INCONSTITUCIONAL, POR VÍCIO DE INICIATIVA, LEI QUE "AUTORIZA" O EXECUTIVO MUNICIPAL A "CRIAR PROGRAMA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR" PARA PESSOAS IDOSAS E DEFICIENTES FÍSICOS, POR, EM VERDADE, IMPOR ATRIBUIÇÃO AQUELE, COM AUMENTO DE DESPESA, AO DISPOR SOBRE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ARTIGOS 8, 10, 60, II, D, 61, I, E 82, VIII, DA CE). AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. (ADI Nº 597160563, Pleno, TJRS, Rel. Des. ANTONIO JANYSR DALL'AGNOL JUNIOR, j. em 15/03/1999)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, MEDIDA CAUTELAR. LEI COMPLEMENTAR Nº 98, DE 12 DE MAIO DE 1997, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. VÍCIO DE INICIATIVA E DE CONTEÚDO. A LEI EM APREÇO ERA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, POR EFEITO DA NORMA DO ART.61, 16º, II, A E C, DA CONSTITUIÇÃO, TIDA PELA JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELOS ESTADOS, POR ENCERRAR COROLÁRIO DO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DOS PODERES. (...). CAUTELAR DEFERIDA. VOTAÇÃO: UNÂNIME. (STF, ADin - MC nº 1731, do ESPÍRITO SANTO, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, in DJ de 13-03-98, p. 02)

Assim, opino pela aposição de veto ao art. 3º e seu parágrafo único, inexistindo, de outra ponta, óbice para sanção do art. 1º e 2º que, em última análise encerram diretrizes já pelo Estado de Santa Catarina, através de órgãos com a Epagri.

É o parecer. Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 05 de outubro de 2005.

EDERSON PIRES

PROCURADOR DO ESTADO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 11732/059

Assunto: Análise de autógrafo. Lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre o apoio à iniciativa de comercialização entre agricultores, familiares e consumidores.

Interessado: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.

Visto,

Em, 06 de outubro de 2005.

Manoel Cordeiro Jr.

Subprocurador-Geral

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 286/05 de fls. 29/33 da lavra do Procurador do Estado ÉDERSON PIRES.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 06 de outubro de 2005.

IMAR ROCHA

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 174/05

Dispõe sobre o apoio a iniciativas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º - O Estado apoiará iniciativas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores, nos termos desta lei.

Art. 2º - O apoio de que trata esta lei tem por objetivos:
I - estimular a implantação de feiras livres municipais e de outras formas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores;

II - promover a melhoria da renda dos agricultores familiares;

III - estimular a criação de alternativas de trabalho para moradores da zona rural;

IV - fortalecer a economia local por meio da geração de empregos e da comercialização de alimentos produzidos no município;

V - estimular a oferta regular de alimentos saudáveis a baixo custo;

VI - auxiliar no combate a carências nutricionais e na promoção da segurança alimentar.

Art. 3º - Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, compete ao Estado:

I - estimular a implantação de conselhos municipais voltados para a promoção do desenvolvimento rural;

II - prestar auxílio técnico:

a) na elaboração e implementação de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDRs -;

b) na elaboração de legislação municipal que disponha sobre a criação e o funcionamento de feiras livres e de outras formas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores;

III - desenvolver atividades, projetos e obras para a implantação, a melhoria e a administração de feiras livres municipais e de outras formas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores;

IV - promover a capacitação de agentes públicos municipais;

V - desenvolver diagnósticos sobre as características e potencialidades do mercado consumidor de cada localidade;

VI - promover o cadastramento de agricultores familiares a serem beneficiados pelos programas decorrentes desta lei;

VII - fornecer assistência técnica e treinamento para os agricultores familiares nas atividades agrícolas, nos processos caseiros ou artesanais de beneficiamento, transformação e embalagem, e na comercialização de produtos alimentícios, de forma a atender às demandas do mercado consumidor local;

VIII - auxiliar no planejamento e na implantação da logística de transporte dos produtos a serem comercializados;

IX - disponibilizar ou doar ao poder público municipal barracas, equipamentos e instalações necessárias para a montagem e operacionalização de feiras livres ou de outras formas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores;

X - estabelecer linhas especiais de crédito para agricultores familiares ou suas organizações investirem na melhoria da estrutura de comercialização;

XI - promover campanhas de valorização e de divulgação de feiras livres de agricultores familiares;

XII - consignar, na legislação orçamentária, recursos financeiros para o custeio de atividades, programas, projetos e obras voltados para os objetivos previstos nesta lei.

Parágrafo único - Para os fins do disposto neste artigo, serão atendidos prioritariamente municípios de escassas condições de desenvolvimento sócio econômico e que já tenham implantado conselho municipal voltado para a promoção do desenvolvimento rural.

Art. 4º - Esta lei será regulamentada no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de setembro de 2005.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário

Deputado Pedro Baldissera - 2º Secretário

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 421/05

Assegura o sepultamento, por conta do Estado, nos casos que menciona.

Art. 1º O Poder Público do Estado de Santa Catarina garantirá, no âmbito do seu território e por sua conta, o sepultamento das vítimas de violência urbana e rural ou omissão de socorro.

Parágrafo Único. Quando a omissão de socorro ocorrer em entidades médicas particulares será destas o ônus do previsto no *caput* deste artigo.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo promover a suplementação de verbas ou o remanejamento necessário ao cumprimento da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Nilson Nelson Machado (Duduco)

Lido no Expediente

Sessão de 20/10/05

Deputado Estadual JUSTIFICATIVA

A violência urbana é uma realidade que as pessoas não querem admitir, mas que tem ceifado diariamente a vida de inocentes, que mesmo cumprindo com as suas obrigações perdem o bem mais importante que pode ser tutelado pelo Estado de Direito.

Na atualidade, os direitos enumerados no art. 5º, *caput*, da CF, mais se assemelham a uma promessa, possibilidades, do que uma garantia efetiva que possa alcançar a todos os brasileiros, e estrangeiros, que residem no território nacional, ou mesmo àquelas que estejam de passagem.

As pessoas estão vivendo com medo, assustadas, em razão da precariedade do sistema de segurança pública, marcado por greves, morosidade, ausência de investimentos, rebeliões em presídios, que prejudicam a imagem do Brasil no exterior, e ainda a vinda de novos investimentos para a geração de empregos.

A certeza da impunidade tem contribuído efetivamente para o aumento da violência. Os infratores procuram se esconder atrás dos benefícios previstos na Lei 9099/95, ou nas Penas Alternativas previstas no Código Penal, que permitem que uma pessoa primária, muitas vezes até mesmo com antecedentes, mas sem trânsito em julgado, condenada até quatro anos, excetuando-se os crimes de violência, possa permanecer em liberdade.

Além disso, a falta de vagas no sistema penitenciário tem contribuído para a certeza da impunidade, com a ocorrência de fugas e rebeliões que assustam a sociedade, que é a destinatária dos serviços de ordem pública, em seus aspectos, segurança pública, tranquilidade e salubridade.

A superlotação de presos, que vem ocorrendo nas Cadeias Públicas e Penitenciárias, é decorrente da falta de investimentos por parte do Estado no Sistema Penitenciário. O Estado exige o cumprimento de obrigações por parte dos administrados, pagamento de tributos, impostos, taxas, contribuições de melhoria, preços públicos, mas em contrapartida vem descumprindo com as suas obrigações, dentre elas, a preservação da integridade física e patrimonial das pessoas que vivem no território nacional.

O discurso de lei e ordem se apoia na fragilidade da lei, que estaria contribuindo para o aumento da violência, fato este que não corresponde à realidade. A lei é severa, mas existe uma precariedade no momento em que a sentença penal condenatória deve ser executada. Não basta a Polícia prender o infrator, e o Poder Judiciário após o devido processo legal, e a existência de provas que demonstrem a autoria e a materialidade, condenar o acusado. A decisão somente se tornará efetiva quando for integralmente executada.

O atual sistema penitenciário brasileiro, que tem sido objeto de críticas por parte da Anistia Internacional e outros órgãos internacionais de direitos humanos, está marcado por deficiências que ao invés de contribuírem para a regeneração do infrator, somente vem produzindo pessoas que se revoltam com a situação a qual são submetidas, e na maioria das vezes retornam para o mundo da criminalidade, ainda mais violentas.

As rebeliões que vem ocorrendo nos diversos Estados da Federação, com a morte de detentos, funcionários, e administrados, são de responsabilidade do Estado, que deve arcar com as suas omissões no cumprimento do contrato social que assumiu com a sociedade.

O art. 37, 6º, da CF, estabelece expressamente que o Estado responde de forma objetiva pelos danos causados aos administrados por atos dos agentes públicos. Em razão deste preceito estabelecido na norma constitucional basta ao administrado provar o nexo de causalidade existente entre o dano e a lesão suportada, para que possa ser indenizado por danos materiais e até mesmo morais e estéticos.

Segundo a doutrina que cuida da responsabilidade do Estado, os atos podem ser praticados por ação ou omissão. A responsabilidade do Estado, ou como preferem alguns da Administração Pública, alcança também os atos decorrentes da omissão do Poder Público na preservação dos direitos e garantias fundamentais, sem os quais o status de dignidade a todos assegurado perde o seu sentido.

As famílias lesadas pela omissão do Estado devem propor ações de indenização contra a Fazenda Pública na busca do ressarcimento da lesão suportada, como forma de se corrigir a atuação da Administração Pública, quando esta não é capaz de tutelar os direitos e garantias fundamentais estabelecidos no texto constitucional e nos instrumentos internacionais que foram subscreitos pelo Brasil, como a Convenção da Organização das Nações Unidas, e a Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto de São José da Costa Rica.

O Poder Judiciário como guardião das liberdades tem a missão de analisar os fatos, e decidir se o autor da ação judicial, administrado, possui razão no pedido de indenização decorrente da precariedade do serviço prestado ou da omissão do Estado, que não foi capaz de preservar a vida do trabalhador que cumpre com as suas obrigações, mas que não tem recebido a contrapartida do contrato social que há muito foi celebrado com a sociedade, afastando a Justiça Privada e a regra do olho por olho dente por dente, prevista no Código de Hamurabi, e também no Velho Testamento.

O mesmo ocorre com os detentos que se encontram no Sistema Penitenciário pertencente à União, ou aos Estados-membros da Federação. O infrator deve pagar pelo dano que ocasionou a sociedade e em especial a vítima. O detento deve trabalhar, não como mera faculdade, mas como obrigação, para que aprenda o significado desta palavra, em um país onde a maioria dos trabalhadores vivem com menos de dois salários mínimos por mês. O rigor na execução da pena não significa que os detentos possam ser tratados como animais, ou fiquem sujeitos a sua própria sorte, como vem ocorrendo.

A morte de um detento no interior de uma Delegacia de Polícia, Cadeia Pública, Penitenciária, Colônia Penal Agrícola, ou qualquer outra unidade integrante do Sistema Prisional, é de responsabilidade do Estado, União, ou Estados-membros, que devem responder de forma objetiva por sua omissão, que ocasionou a morte do reeducando.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 422/05

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1097

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o projeto de lei que "Altera a Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL destinado a financiar programas de apoio à inclusão social, na forma do art. 204 da Constituição Federal e estabelece outras providências".

As alterações ora propostas têm como objetivo principal majorar o percentual do valor da contribuição das pessoas jurídicas contribuintes do ICMS para o FUNDOSOCIAL, compensado em conta gráfica, do **limite de até 5%** (cinco por cento) para o **limite de até 6%** (seis por cento).

O aumento de **1%** proposto no índice será **destinado exclusivamente para atender a educação especial, promovida pelas ações desenvolvidas através** das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, situadas no Estado de Santa Catarina.

Da Constituição Estadual ressaltamos o que dispõem os dispositivos abaixo transcritos para contextualizar a presente proposição, senão vejamos:

"TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

(.....)

CAPÍTULO II

DA SEGURIDADE SOCIAL

(.....)

Seção III

Da Assistência Social

Art. 157. O Estado prestará, em cooperação com a União e com os municípios, assistência social a quem dela necessitar, objetivando:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e ao **deficiente**; (grifei)

(.....)

IV - a habilitação e reabilitação das **pessoas portadoras de deficiência** e a promoção de sua integração à vida comunitária; (grifei)

(.....)

Parágrafo único. As ações governamentais na área da assistência social serão organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e execução de programas ao Estado e a entidades beneficentes de assistência social;

(.....)

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Seção I

Da Educação

(.....)

Art. 163. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(.....)

V - **atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física, mental ou sensorial**, bem como aos que revelarem vocação excepcional em qualquer ramo do conhecimento, na rede estadual; (grifei)

Art. 167. (.....)

(.....)

§ 4º Para garantir o disposto no art. 163, o Estado, além da concessão de bolsas de estudo, prestará assistência técnica e financeira:

(.....)

II - às escolas comunitárias, **filantrópicas** e confessionais, nos termos da lei; (grifei)"

O trabalho desenvolvido pelas APAEs de Santa Catarina, que atendem cerca de 15.000 alunos matriculados, é de notório reconhecimento do Governo do Estado, bem como de toda a sociedade catarinense.

Vários programas são desenvolvidos pelas APAEs, entre os quais podem ser destacados os seguintes:

- **Sensibilização/Conscientização** - informar à comunidade e aos órgãos públicos sobre os direitos e as necessidades das pessoas portadoras de deficiências, visando o rompimento de preconceitos e o desenvolvimento de ações que as beneficiem.

- **Prevenção de deficiências** - conjunto de ações que visam reduzir as situações de risco, como também identificar, tão precoce quanto possível, deficiências, a fim de que o atendimento adequado possa ser providenciado. Cuidados tomados antes da gestação, durante a gestação, no momento do nascimento e depois do nascimento podem evitar o surgimento de 70% dos casos de deficiência.

- **Saúde, educação, lazer, assistência social** - são programas organizados para todas as faixas etárias, mas, de forma especial, para a criança, jovem e adulto portadores de deficiência, objetivando a plena participação e integração na sociedade em que vivem.

- **Trabalho** - o maior sinal de integração da pessoa portadora de deficiência no contexto em que vive é pela participação no mundo do trabalho, seja pela forma independente, supervisionada ou, ainda, conforme a severidade da deficiência, em termos de ocupação.

- **Residências** - para os portadores de deficiência provenientes de famílias desestruturadas, órgãos abandonados ou em outras situações de dificuldade, é assegurada a dignidade através da integração em residências implantadas em suas comunidades, pequenas, bem organizadas, com apoio da sociedade local. Cada município deve ter um ou mais lares para atender essas situações.

Atualmente, no Estado de Santa Catarina as APAEs estão estruturadas em 13 Delegacias Regionais, situadas nas seguintes regiões: Meio Oeste, Sul, Nordeste, Planalto Norte, Oeste, Serrana, Carbonífera, Sudeste, Extremo Oeste, Alto Vale do Itajaí, Médio Vale do Itajaí, Planalto e Grande Florianópolis, desenvolvendo suas ações em cerca de 174 Municípios Catarinenses.

Portanto, é inquestionável o papel que as APAEs desempenham no atendimento aos portadores de necessidades especiais. É sabido que a sua estrutura é adequada, seus profissionais qualificados e que o Estado não dispõe de meios técnico-operacionais para atendê-los. Desse modo, o Poder Público, ao socorrer-se dessas entidades deve, em caráter suplementar, destinar recursos financeiros suficientes para que as mesmas continuem executando esse trabalho memorável.

Oportuno trazer à baila estudo técnico elaborado em 2004 pela Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados, Mariza Abreu, abordando a questão sob a ótica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que indica elementos que corroboram a conveniência da presente proposição:

1. levantamento realizado pelo IBGE e apresentado pela publicação Mídia e Deficiência, da Fundação Banco do Brasil, revelou que, no ano de 2000, 70% (setenta por cento) dos alunos portadores de deficiência estavam matriculados em classes especiais, sendo que, daqueles, 47% (quarenta e sete por cento) achavam-se matriculados em instituições não-governamentais, como as APAEs, por exemplo;

2. entre as 28 (vinte e oito) metas do Plano Nacional de Educação, as de nºs 23 e 27 pressupõem, respectivamente: "**umentar os recursos destinados à educação especial (...)**; e - "**assegurar a continuidade do apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fins lucrativos com atuação exclusiva em educação especial (...)**"; (grifei)

3. com base nessas metas do Plano Nacional de Educação e na situação da educação especial no Brasil, o parecer técnico conclui que há oferta insuficiente de educação especial na rede pública de ensino, especialmente em relação ao atendimento em classes ou escolas especiais, com importante participação nessa oferta de estabelecimentos privados de ensino, especialmente de instituições sem fins lucrativos ou filantrópicas e que, inobstante essa expressiva participação, a assistência financeira e técnica do Poder Público àquelas entidades é insubsistente;

4. concluindo, em suas considerações finais a Consultora refuta a alegação de que o financiamento público a entidades como as APAEs possa implicar a retenção nessas escolas especiais de crianças e adolescentes que poderiam ser atendidos nas classes comuns do ensino fundamental público, asseverando que "**essa possibilidade não deve contribuir para reduzir o montante de verbas públicas destinadas às entidades filantrópicas de atuação exclusiva na educação especial. A solução correta para essa questão deve ser a não restrição da assistência do Poder Público ao caráter financeiro, mas sua extensão ao apoio técnico a essas instituições, ou seja, deve-se articular o repasse de dinheiro público com a supervisão pedagógica a tais escolas pelas respectivas secretarias de educação (...)**" (grifei)

Em sendo assim, impõe-se a aprovação desta proposição de lei que, sobretudo, é o reconhecimento do valoroso trabalho e da incansável dedicação dos profissionais das APAEs àqueles que anseiam e merecem respeito à sua singularidade.

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Palácio Santa Catarina, 19 de outubro de 2005

JULIO CESAR GARCIA

Governador do Estado, em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 19/10/05

PROJETO DE LEI Nº PL/0422.8/2005

Altera a Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL destinado a financiar programas de apoio à inclusão social, na forma do art. 204 da Constituição Federal e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL -, de natureza financeira, destinado a financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social, no campo e nas cidades, no Estado de Santa Catarina, inclusive nos setores da cultura, esporte e turismo e educação especial.

Parágrafo único. A educação especial de que trata o caput será promovida através das ações desenvolvidas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, situadas no Estado de Santa Catarina."

Art. 2º O § 1º do art. 8º da Lei nº 13.334, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º....."

§ 1º Os programas desenvolvidos pelo FUNDOSOCIAL poderão contar com a participação e colaboração de pessoas jurídicas contribuintes do ICMS, cujo valor de contribuição poderá ser compensado em conta gráfica, até o limite de 6% (seis por cento) do valor do imposto mensal devido, que será destinado da seguinte forma:

I - 5% para financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social, no campo e nas cidades, inclusive nos setores da cultura, esporte e turismo; e

II - 1% nas ações desenvolvidas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, situadas no Estado de Santa Catarina, cujos recursos serão repassados, a cada entidade, de forma proporcional ao número de alunos regularmente matriculados.

"....."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006.

Florianópolis,

JULIO CESAR GARCIA

Governador do Estado, em exercício

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 423/05

Institui o Dia Estadual de Controle da Anemia Falciforme e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído a **SEMANA ESTADUAL DE CONTROLE DA ANEMIA FALCIFORME**, a ser comemorada, anualmente, na segunda semana do mês de agosto.

Art. 2º - A promoção e a coordenação da Semana Estadual de Controle da Anemia Falciforme ficará a cargo do Executivo Estadual.

Art. 3º - As atividades serão desenvolvidas pela Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina, que poderá promover parcerias com órgãos públicos federais, municipais e empresas públicas e privadas.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, outubro de 2005.

Deputado CESAR SOUZA

Lido no Expediente

Sessão de 20/10/05

JUSTIFICATIVA

É uma doença que passa dos pais para os filhos, e altera os glóbulos vermelhos. Os glóbulos vermelhos são células do sangue. Existem milhões destas células circulando por todo o corpo. Dentro destas células existe um pigmento chamado hemoglobina, que dá a cor vermelha ao sangue e também transporta oxigênio do ar que respiramos para todas as partes do corpo. Estas células são arredondadas e elásticas, por isto passam facilmente por todos os vasos sanguíneos do corpo, mesmo os mais finos.

A maioria das pessoas recebe de seus pais hemoglobina normal chamada hemoglobina (A). Como recebe uma parte da mãe e outra do pai, cada pessoa é (AA). As pessoas com anemia falciforme recebem de seus pais hemoglobina anormal chamada hemoglobina (S). Como recebem uma parte do pai e outra da mãe, elas são (SS). O glóbulo vermelho com hemoglobina (S) pode ficar com forma de meia lua ou foice, daí o nome falciforme. Essas células são mais rígidas e por isso têm dificuldade para passar nos vasos sanguíneos podendo amontoar uma sobre as outras atrapalhando a circulação. Neste local vai haver dor que vai de moderada a forte intensidade (são as crises de falcização).

A anemia falciforme é mais freqüente na população negra e seus descendentes, mas ocorre também em brancos. Não é contagiosa, não tem cura, porém pode ser controlada através de alguns cuidados básicos de saúde.

A anemia falciforme é a doença hereditária mais freqüente no Brasil então "...o principal desafio é conseguir sensibilizar as autoridades responsáveis pela saúde pública deste país a reconhecerem que a anemia falciforme é um problema de saúde pública da maior relevância..." (Roland, 2001:2).

A instituição da SEMANA ESTADUAL DE CONTROLE DA FALCIFORME necessário e urgente pois no caso da anemia falciforme, para que o atendimento precoce ocorra, é preciso que as pessoas estejam informadas sobre a existência da doença e consigam identificá-la.

A instituição de um dia específico para o seu controle chama a atenção da população para a existência e o risco da doença, bem como para o seu controle e tratamento. A doença pode ser descoberta num momento precoce pelo teste do pezinho. Quando diagnosticada precocemente e tratada de forma adequada, com os meios atualmente disponíveis e com a participação da família, a gravidade e a mortalidade causada por ela podem ser reduzidas expressivamente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 424/05

Isenta de pagamento as multas de mora nos casos em que prevê e adota outras providências.

Art. 1º Ficam os devedores isentos do pagamento de multas de mora, juros decorrentes e atualização dos valores monetários advindos do inadimplimento do pagamento de dívidas quitadas após a data de seu vencimento, se o motivo que der causa for resultante de caso fortuito ou de força maior.

§ 1º Entendem-se ser caso fortuito o acidente que poderia ser razoavelmente previsto, decorrente de forças naturais incontroláveis.

§ 2º Entendem-se como força maior o fato de terceiro que criou obstáculos para a execução da obrigação de pagamento na data avançada.

Art. 2º O local de pagamento será no domicílio do devedor, exceto se as partes convencionarem diferente.

Parágrafo único - É de responsabilidade do credor, cujas despesas correrão à sua conta, o envio dos documentos de cobrança ao domicílio do devedor, ou ao local convencionados entre o credor e devedor.

Art. 3º Para o devedor ter o benefício estatuído no Art. 1º desta lei deve a motivação do caso fortuito ou força maior ser de amplo conhecimento público com repercussão nos meios de comunicação social.

Art. 4º O devedor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.

Art.5º O não cumprimento do estabelecido nesta lei, acarretará multa diária do valor de 200 (duzentas) Unidade Fiscal de Referência (UFIR), ou índice equivalente que venha a substituí-lo, acumulado do valor correspondente ao total que seria imputado ao devedor inadimplente como multas de mora acrescida dos juros e atualização dos valores monetários decorrentes, além das sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único - A multa de que trata o caput deste artigo, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.

Art. 6º Será de atribuição do órgão encarregado da defesa dos direitos do consumidor, fiscalização e arrecadação nas relações de consumo, de acordo com que estabelece o Inciso VIII, do Art.58 da Lei Complementar Estadual nº. 284, de 28 de fevereiro de 2005.

Art.7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 2005.

DEPUTADO CESAR SOUZA

Lido no Expediente

Sessão de 20/10/05

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objeto isentar os devedores do pagamento de multas de mora, juros decorrentes e atualização dos valores monetários decorrentes do inadimplemento do pagamento de dívidas quitadas após a data de seu vencimento, se o motivo que der causa for resultante de caso fortuito ou de força maior.

Hoje, em caso de inadimplemento, fica imputado ao devedor o ônus do pagamento de multas de mora e outros encargos decorrentes. Esta regra geral não considera quanto à motivação deste ato. Se por motivo de caso fortuito ou força maior não é justo que o devedor seja penalizado por uma ação que não está sob seu poder discricionário de fazê-lo ou não.

Esta previsão legal está contida de forma esparsa na legislação brasileira. Encontramos no Código Civil e de Defesa do Consumidor. O que pretendo estabelecer é uma norma de procedimento. Uma forma de resguardar o direito do cidadão de responder apenas por aquilo que seja decorrente de suas ações diretas e não por aquilo que seja consequência de fatos que são consequentes da ação de terceiros ou de evento natural fogem de seu controle.

Por estas razões, peço a aprovação dos demais Pares desta Casa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 425/05**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1100**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Timbé do Sul".

Florianópolis, 19 de outubro de 2005

JULIO CESAR GARCIA

Governador do Estado, em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 20/10/05

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****EM nº 333/05** Florianópolis, 14 de outubro de 2005.

Senhor Governador, e.e.,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Timbé do Sul, o imóvel com setecentos e cinco metros quadrados, contendo benfeitoria, onde se encontra instalado o Posto de Saúde, matriculado sob o nº 13.829 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Turvo e cadastrado sob o antigo nº 7.226 na Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por objetivo regularizar a atual ocupação, possibilitando novos investimentos por parte do Município.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá e a Secretaria de Estado da Saúde, manifestaram-se favoráveis à doação.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Constâncio Alberto Salles Maciel

Secretário de Estado da Administração, e.e.

PROJETO DE LEI Nº PL/0245.0/2005

Autoriza a doação de imóvel no Município de Timbé do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Timbé do Sul o imóvel com setecentos e cinco metros quadrados, contendo benfeitoria, onde se encontra instalado o Posto de Saúde, matriculado sob o nº 13.829 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Turvo e cadastrado sob o antigo nº 7.226 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade regularizar a atual ocupação, possibilitando novos investimentos por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JULIO CESAR GARCIA

Governador do Estado, em exercício

*** X X X ***

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO Nº 013/05**

(REQUERIMENTO Nº RQS/1358.0/2005)

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA

Excelentíssimo Senhor Deputado Presidente e demais Membros da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Os Deputados subscritos, nos regimentais termos do Art. 40, ouvido o Plenário, requerem a constituição de **Fórum Parlamentar Permanente** para tratar de matéria referente ao **Desenvolvimento da Cultura Açoriana no Estado de Santa Catarina**.

Nesses termos, pedem deferimento.

Sala das Sessões, em outubro de 2005.

Deputado José Carlos Vieira

Deputado Antônio Ceron

Deputado Onofre Santo Agostini

Deputada Simone Schramm

Aprovado em Sessão

de 20/10/05

Justificativa

Santa Catarina é sem sombra de dúvidas o estado brasileiro que congrega muitos grupos culturais de várias etnias, e estes grupos estão espalhados em núcleos por toda Santa Catarina, alguns conseguiram organizar-se outros já não tiveram o mesmo êxito.

Desta forma a Criação de um Fórum Parlamentar Permanente que discuta e dê atenção a manifestações da Cultura Açoriana é cada vez mais necessário, sabemos que há Núcleos formados inclusive em Universidades que se dispõem a trabalhar com este tema, porém se o papel do poder legislativo nestas ações é por demais válida necessitamos de maior proximidade com este poder.

Em Santa Catarina conforme estudos realizados por vários pesquisadores inclusive doutores, atribuem aos açorianos o povoamento de toda a faixa do litoral que vai de Itapoá à Sombrio, inclusive esticando-se até o Rio Grande do Sul.

Nesta faixa litorânea os açorianos dedicaram-se a pesca e em alguns casos, a agricultura através do ofício do engenho de farinha (adaptação feita pelos açorianos), criaram seus filhos, netos, bisnetos e tataranetos enfim o litoral catarinense tornou-se um espaço onde a cultura Açoriana hoje enraizada mantém-se viva com elementos do Patrimônio Cultural material e imaterial mais vivos em alguns casos que no próprio arquipélago dos Açores.

A Cultura Açoriana em Santa Catarina está presente no imaginário popular, faz parte das danças, da gastronomia, das manifestações populares e passando inclusive ao patrimônio material, através de sua arquitetura, são inúmeras construções de pedra e cal espalhadas num grande museu a céu aberto configurando um dos conjuntos arquitetônicos de maior valor no Brasil, como citamos anteriormente dentro destes espaços ainda estão as pessoas, que estas sim são o maior legado açoriano de Santa Catarina, o "saber fazer", nos permite que mantenhamos vivas tradições e o próprio jeito de falar do litorâneo catarinense.

Nestes termos a constituição de Fórum Parlamentar Permanente do Desenvolvimento da Cultura Açoriana no Estado de Santa Catarina justifica-se pelo fato de mantermos presentes e vivas tradições que dizem respeito a nossa herança cultural e porque não dizer de nossa própria história, já que este estado foi e é construído pelas mãos de muitos povos e culturas.

JOSÉ CARLOS VIEIRA

Deputado Estadual

*** X X X ***